

IPEA

Relatório de Atividades - 1989



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

RELATORIO
DE
ATIVIDADES
1989

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (CENDEC).

Ministro do Planejamento:	João Batista de Abreu
Presidente do IPEA:	Ricardo Luís Santiago
Diretor do IPLAN:	Flávio Rabelo Versiani
Diretores-Adjuntos:	Francisco de Almeida Biato e Solon Magalhães Vianna
Chefe de Gabinete	Luis Fernando de Lara Resende

Coordenadorias:

Coordenadores

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:	José Garcia Gasques
Coordenadoria de Educação e Cultura:	Divonzir Artur Gusso
Coordenadoria de Emprego e Salário:	Ana Amélia Camarano
Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:	Claudio Yokomizo
Coordenadoria de Desenv. Urbano e M. Ambiente:	Edgar Bastos de Souza
Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:	Michael Wilberg
Coordenadoria de Minas e Energia:	Otávio de Carvalho Franco
Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:	Eduardo Felipe Ohana
Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:	Maria Emília R.M. de Azevedo (até 12.10.89) Sérgio Francisco Piola
Coordenadoria do Setor Externo:	Renato C. Baumann das Neves (até 23.10.89) Sheila Márcia E.S. de Almeida
Coordenadoria de Transportes e Comunicações:	Silvio Caracas de Moura Júnior
Setor de Documentação:	Norma Stenzel
Setor de Processamento de Dados:	José Adalberto de P. Ferreira
Assessoria Editorial:	Maria Lúcia Casasanta Bruzzi

Instituto de Planejamento - IPLAN/IPEA
SBS - Ed. BNDES, 11º andar
70076 Brasília, DF
Fone: (061) 225-4350

IPEA

Instituto de Planejamento - IPLAN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1989

1. INTRODUÇÃO
 2. ESTUDOS DESENVOLVIDOS
 - 2.1. Trabalhos publicados
 - 2.2. Estudos aprovados pelo Comitê Editorial
 - 2.3. Estudos sob apreciação do Comitê
 3. REVISIA "PLANEJAMENTO E POLITICAS PUBLICAS"
 4. SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS E OUTROS EVENTOS
 - 4.1. Seminários internos
 - 4.2. Participação em eventos externos
 5. COOPERAÇÃO TÉCNICA
 - 5.1. Internacional
 - 5.1.1. Convênio PNUD/DIT/IPLAN (Projeto BRA/006/87)
 - 5.1.2. Projeto Nacional de Saneamento Rural - PNSR (BIRD/MS/OPAS/IPEA)
 - 5.1.3. Convênio IPEA/CEPAL
 - 5.1.4. Programa "Gerenciamento do Setor Público GESEP"
 - 5.1.5. Acordo IPEA/UNICEF
 - 5.2. NACIONAL
 - 5.2.1. Convênio IPEA/UNB
 6. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS
 7. RECURSOS HUMANOS
 - 7.1. Quadros disponíveis
 - 7.2. Atividades de treinamento
 8. TRABALHOS EM ANDAMENTO
- ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Planejamento - IPLAN compõe a estrutura organizacional básica do IPEA tendo como atribuição (Portaria SEPLAN nº 08, de 08.11.88), auxiliar a SEPLAN-PR na elaboração de planos e programas governamentais, na coordenação do sistema nacional de planejamento e na articulação entre a programação e os orçamentos anuais e plurianuais.

As atividades executadas em 1989 incluíram o acompanhamento e a avaliação de programas e projetos na área de desenvolvimento econômico e social, elaboração de estudos prospectivos e de avaliação de políticas e ações governamentais bem como o assessoramento à SEPLAN para subsidiar a tomada de decisões em áreas de sua competência.

Este relatório especifica as principais atividades das diversas coordenadorias e demais unidades da estrutura organizacional deste Instituto, compreendendo basicamente cerca de 72 estudos, dos quais 55 já publicados, a organização de 41 seminários internos e a participação em 48 outros eventos similares, tanto em Brasília como em outras cidades. Além de outras atividades os técnicos do IPLAN atuaram como representantes da SEPLAN ou do IPEA em 52 colegiados, de função deliberativa, consultiva, ou fiscal, em órgãos da administração pública. A função de assessoramento efetivou-se mediante a elaboração de dezenas de pareceres e notas, a grande maioria para atender demandas específicas da SEPLAN.

Além desses trabalhos, mais adiante relacionados, cabe enfatizar o esforço despendido pelo IPLAN - com o apoio do PNUD/OIT e do GESEP - na preparação dos documentos técnicos que compõem a coletânea "Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas". Trata-se de um conjunto de 4 volumes: o primeiro lançado em novembro de 89 e os demais com lançamento previsto até março de 1990. O primeiro volume aborda as po-

líticas macroeconômicas e setoriais enquanto o segundo está integralmente dirigido à análise dos problemas econômicos relacionados com o setor externo. No terceiro e quarto volumes são discutidas questões relacionadas com demografia, emprego e renda, desenvolvimento urbano, educação e questões mais abrangentes voltadas às políticas sociais brasileiras.

Para preservação da memória institucional o IPLAN, através do setor de documentação, vem realizando tarefas como a coleta e tratamento dos trabalhos elaborados no Instituto; a seleção dos trabalhos e documentos que se encontram no arquivo intermediário, visando à microfilmagem dos mesmos e a edição de uma bibliografia, o PLANINDEX-BRASIL, para divulgação da Base de Dados bibliográficos reunindo todos os referenciais dos trabalhos técnicos do IPEA.

Merece destaque o lançamento do 10º número da revista "Planejamento e Políticas Públicas" do IPEA. O corpo editorial da revista contou com a participação de 5 técnicos do IPLAN, inclusive o Editor e Co-Editor.

Para essas atividades o IPLAN contou com uma força de trabalho da ordem de 176 pessoas, das quais 67 são Técnicos de Planejamento e Pesquisa. Destes, 14 passaram em 1989 por treinamento, sendo 9 de longa duração (mestrado ou doutorado) e 5 de duração média. Esses quadros estão distribuídos por 10 coordenadorias setoriais, 1 setor de documentação e uma unidade de processamento de dados. A Diretoria do Instituto, é composta pelo Gabinete, Assessoria Editorial e duas Diretorias Adjuntas. A uma estão afetos, principalmente, os assuntos econômicos, o convênio com a CEPAL e o programa de treinamento. A outra Diretoria Adjunta cuida basicamente da área social inclusive do Acordo IPEA/UNICEF, do Convênio IPLAN/PNUD/OIT e do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR. Este, a partir de setembro passou a subordinar-se diretamente a Presidência do IPEA. A Diretoria do IPLAN subordina-se, ainda, o Comitê Editorial criado em 1988 e

responsável pela evolução dos trabalhos submetidos e consequentes publicações.

2. ESTUDOS DESENVOLVIDOS

Os estudos desenvolvidos pelo IPLAN estão classificados em quatro categorias: Textos para Discussão - TDs, Notas para Discussão - NDs, Acompanhamento de Políticas Públicas - APPs e Informes Técnicos - ITs. A categoria dos TDs e NDs está sujeita à aprovação prévia do Comitê Editorial do Instituto. Os estudos designados como APPs estão isentos desta exigência, bem como os ITs. Exceto este último, de circulação a princípio restrita ao sistema SEPLAN, os TDs, NDs e APPs alcançam ampla divulgação.

2.1. Trabalhos Publicados

Textos para Discussão - TDs

TD nº 5

- . Título: Século XXI: A Quantas Andará a População Brasileira?
- . Data de publicação: fevereiro de 1989
- . Número de páginas: 55
- . Nome do autor: Ana Amélia Camarano, Kaizô Beltrão e Ricardo Neupert (Coordenadoria de Emprego e Salários - CES).

. Resumo:

A população brasileira vem sofrendo grandes transformações, em razão da queda da taxa de fecundidade. Os índices de mortalida-





INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES
1989

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) é uma fundação vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisa (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (CENDEC).

Ministro do Planejamento:

Presidente do IPEA:

Diretor do IPLAN:

Diretores-Adjuntos:

Chefe de Gabinete

João Batista de Abreu

Ricardo Luís Santiago

Flávio Rabelo Versiani

Francisco de Almeida Biato e

Solon Magalhães Vianna

Luis Fernando de Lara Resende

Coordenadorias:

Coordenadores

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento:

José Garcia Gasques

Coordenadoria de Educação e Cultura:

Divonzir Artur Gusso

Coordenadoria de Emprego e Salário:

Ana Amélia Camarano

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional:

Clando Yokomizo

Coordenadoria de Desenv. Urbano e M. Ambiente:

Edgar Bastos de Souza

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia:

Michael Wilberg

Coordenadoria de Minas e Energia:

Otávio de Carvalho Franco

Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico:

Eduardo Felipe Ohana

Coordenadoria de Saúde e Previdência Social:

Maria Emília R.M. de Azevedo
(até 12.10.89)

Sérgio Francisco Piola

Coordenadoria do Setor Externo:

Renato C. Baumann das Neves

(até 23.10.89)

Sheila Márcia E.S. de Almeida

Coordenadoria de Transportes e Comunicações:

Silvio Caracas de Moura Júnior

Setor de Documentação:

Norma Stenzel

Setor de Processamento de Dados:

José Adalberto de P. Ferreira

Assessoria Editorial:

Maria Lúcia Casasanta Bruzzi

Instituto de Planejamento - IPLAN/IPEA

SBS - Ed. BNDES, 11º andar

70076 Brasília, DF

Fone: (061) 225-4350

IPEA

Instituto de Planejamento - IPLAN

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1989

1. INTRODUÇÃO
 2. ESTUDOS DESENVOLVIDOS
 - 2.1. Trabalhos publicados
 - 2.2. Estudos aprovados pelo Comitê Editorial
 - 2.3. Estudos sob apreciação do Comitê
 3. REVISIA "PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS"
 4. SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS E OUTROS EVENTOS
 - 4.1. Seminários internos
 - 4.2. Participação em eventos externos
 5. COOPERAÇÃO TÉCNICA
 - 5.1. Internacional
 - 5.1.1. Convênio PNUD/OIT/IPLAN (Projeto BRA/006/87)
 - 5.1.2. Projeto Nacional de Saneamento Rural - PNSR (BIRD/MS/OPAS/IPEA)
 - 5.1.3. Convênio IPEA/CEPAL
 - 5.1.4. Programa "Gerenciamento do Setor Público GESEP"
 - 5.1.5. Acordo IPEA/UNICEF
 - 5.2. NACIONAL
 - 5.2.1. Convênio IPEA/UNB
 6. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS
 7. RECURSOS HUMANOS
 - 7.1. Quadros disponíveis
 - 7.2. Atividades de treinamento
 8. TRABALHOS EM ANDAMENTO
- ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Planejamento - IPLAN compõe a estrutura organizacional básica do IPEA tendo como atribuição (Portaria SEPLAN nº 08, de 08.11.88), auxiliar a SEPLAN-PR na elaboração de planos e programas governamentais, na coordenação do sistema nacional de planejamento e na articulação entre a programação e os orçamentos anuais e plurianuais.

As atividades executadas em 1989 incluíram o acompanhamento e a avaliação de programas e projetos na área de desenvolvimento econômico e social, elaboração de estudos prospectivos e de avaliação de políticas e ações governamentais bem como o assessoramento à SEPLAN para subsidiar a tomada de decisões em áreas de sua competência.

Este relatório especifica as principais atividades das diversas coordenadorias e demais unidades da estrutura organizacional deste Instituto, compreendendo basicamente cerca de 72 estudos, dos quais 55 já publicados, a organização de 41 seminários internos e a participação em 48 outros eventos similares, tanto em Brasília como em outras cidades. Além de outras atividades os técnicos do IPLAN atuaram como representantes da SEPLAN ou do IPEA em 52 colegiados, de função deliberativa, consultiva, ou fiscal, em órgãos da administração pública. A função de assessoramento efetivou-se mediante a elaboração de dezenas de pareceres e notas, a grande maioria para atender demandas específicas da SEPLAN.

Além desses trabalhos, mais adiante relacionados, cabe enfatizar o esforço despendido pelo IPLAN - com o apoio do PNUD/OIT e do GESEP - na preparação dos documentos técnicos que compõem a coletânea "Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas". Trata-se de um conjunto de 4 volumes: o primeiro lançado em novembro de 89 e os demais com lançamento previsto até março de 1990. O primeiro volume aborda as po-

líticas macroeconômicas e setoriais enquanto o segundo está integralmente dirigido à análise dos problemas econômicos relacionados com o setor externo. No terceiro e quarto volumes são discutidas questões relacionadas com demografia, emprego e renda, desenvolvimento urbano, educação e questões mais abrangentes voltadas às políticas sociais brasileiras.

Para preservação da memória institucional o IPLAN, através do setor de documentação, vem realizando tarefas como a coleta e tratamento dos trabalhos elaborados no Instituto; a seleção dos trabalhos e documentos que se encontram no arquivo intermediário, visando à microfilmagem dos mesmos e a edição de uma bibliografia, o PLANINDEX-BRASIL, para divulgação da Base de Dados bibliográficos reunindo todos os referenciais dos trabalhos técnicos do IPEA.

Merere destaque o lançamento do 1º número da revista "Planejamento e Políticas Públicas" do IPEA. O corpo editorial da revista contou com a participação de 5 técnicos do IPLAN, inclusive o Editor e Co-Editor.

Para essas atividades o IPLAN contou com uma força de trabalho da ordem de 176 pessoas, das quais 67 são Técnicos de Planejamento e Pesquisa. Destes, 14 passaram em 1989 por treinamento, sendo 9 de longa duração (mestrado ou doutorado) e 5 de duração média. Esses quadros estão distribuídos por 10 coordenadorias setoriais, 1 setor de documentação e uma unidade de processamento de dados. A Diretoria do Instituto, é composta pelo Gabinete, Assessoria Editorial e duas Diretorias Adjuntas. A uma estão afetos, principalmente, os assuntos econômicos, o convênio com a CEPAL e o programa de treinamento. A outra Diretoria Adjunta cuida basicamente da área social inclusive do Acordo IPEA/UNICEF, do Convênio IPLAN/PNUD/OIT e do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR. Este, a partir de setembro passou a subordinar-se diretamente a Presidência do IPEA. À Diretoria do IPLAN subordina-se, ainda, o Comitê Editorial criado em 1988 e

responsável pela evolução dos trabalhos submetidos e consequentes publicações.

2. ESTUDOS DESENVOLVIDOS

Os estudos desenvolvidos pelo IPLAN estão classificados em quatro categorias: Textos para Discussão - TDs, Notas para Discussão - NDs, Acompanhamento de Políticas Públicas - APPs e Informes Técnicos - ITs. A categoria dos TDs e NDs está sujeita à aprovação prévia do Comitê Editorial do Instituto. Os estudos designados como APPs, estão isentos desta exigência, bem como os ITs. Exceto este último, de circulação a princípio restrita ao sistema SEPLAN, os TDs, NDs e APPs alcançam ampla divulgação.

2.1. Trabalhos Publicados

Textos para Discussão - TDs

TD nº 5

- . Título: Século XXI: A Quantas Andará a População Brasileira?
- . Data de publicação: fevereiro de 1989
- . Número de páginas: 55
- . Nome do autor: Ana Amélia Camarano, Kaizô Beltrão e Ricardo Neupert (Coordenadoria de Emprego e Salários - CES).

. Resumo:

A população brasileira vem sofrendo grandes transformações, em razão da queda da taxa de fecundidade. Os índices de mortalida-

de vêm também apresentando declínios consideráveis desde os anos 40. Estas alterações refletem-se, em intensidade variável, nas regiões do País e nas classes sociais.

Este estudo levanta algumas hipóteses sobre o comportamento futuro das variáveis fecundidade e mortalidade, considerando o comportamento recente dos movimentos migratórios.

As constatações sugerem que a velocidade do processo de transição demográfica no Brasil dependerá das transformações que ocorrerão com a população rural, com a população nordestina e com a população mais pobre do País. Outro ponto de destaque é o efeito dessas transformações sobre a composição das demandas por políticas públicas, principalmente previdência, saúde e educação. Ainda, as conseqüências da dinâmica populacional afetam o ritmo de urbanização e metropolização ocorrido nas últimas décadas.

TD nº 6

. Título: Avaliação do Impacto Monetário Recente e do Efeito sobre os Investimentos

: Data de publicação: março de 1989

. Número de páginas: 38

. Nome do autor: José Nelson Bessa Maia (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM).

. Resumo:

Este estudo aborda os impactos da conversão formal da dívida externa em capital de risco sobre a expansão monetária e os investimentos. É apresentada quantificação do impacto da monetização da dívida convertida sobre as duas principais fontes de financiamento do Governo, tanto em conjunto, quanto isoladamente. Descreve a alocação dos recursos convertidos segundo três óticas usualmente consideradas e estima a possível repercussão das conversões sobre os investimentos. Fica ressaltada a vinculação lógica entre os processos de conversão de débitos externos ora em curso e o estilo convencional de renego-

ciação da dívida externa brasileira com os credores estrangeiros.

TD nº 7

- . título: Comportamento de Preços no Setor Automobilístico: Descrição e Análise da Evolução em um Cenário de Aceleração Inflacionária.
- . Data de publicação: abril de 1989
- . Número de páginas: 26
- . Nome do autor: Eduardo Felipe Dhana (Coordenadoria Macro-econômica - CPM).
- . Resumo:

A partir da caracterização de dois períodos distintos (1985/86 e 1987/88), procura-se descrever a recente experiência, na área de preços do setor automobilístico, buscando firmar um estudo de caso de um segmento industrial organizado de forma oligopólica. Os principais resultados são no sentido de apontar constância do mark-up ao longo dos três anos e meio e uma sensível retomada dos preços dos insumos nacionais após a experiência do Plano Cruzado, em parte como decorrência da política oficial de controle de preços.

A seguir, discutem-se dois conceitos de mark-up - efetivo e calculado - aplicado ao mercado, assim como uma tentativa de estimar o comportamento do mark-up aplicado ao mercado externo.

Os resultados sugerem que a forma de controle de preços não consegue acompanhar os movimentos do mark-up efetivo, imprimindo-lhe um comportamento pró-cíclico. Paralelamente, o mark-up aplicado ao setor externo, de forma compensatória, exhibe uma tentativa anticíclica ao mercado interno.

A questão final discutida menciona que, apesar do padrão de comportamento dos mark-up's (interno e externo) ser (fora a base previsível de reajustamento econômico recesivo), adequado, o descontrole propiciado pela forma da política de preços torna mais in-

certo o cenário de crescimento com estabilidade, por dificultar a ação estratégica de importantes setores industriais, como o automobilístico.

A proposta final é no sentido de se reavaliar a forma técnica do controle de preços, verticalizar localizadamente o controle, procurando fazer do CIP uma câmara técnica para concertos ou pactos intersetoriais.

TD nº 8

- . Título: O Capital Estrangeiro: Regulamentação Legal no Brasil e em Outros Países.
- . Data de publicação: maio de 1989
- . Número de páginas: 44
- . Nome do autor: Sheila Márcia E. S. de Almeida (Coordenação do Setor Externo - CSE).

.. Resumo:

O ajuste recessivo decorrente das duas crises do petróleo e a desregulamentação dos mercados financeiros, com reflexos sobre as taxas de juros e cambiais do mundo todo, levaram à crescente dificuldade de acesso aos créditos internacionais e conseqüente fluxo líquido negativo de capitais.

A possibilidade de regulamentação pelo GATT do tema "Investimento Direto Estrangeiro", bem como a necessidade de estabelecer novos parâmetros, face às perspectivas para os próximos anos, supõem adaptações das normas que regulam o ingresso de capitais estrangeiros no Brasil, os incentivos aos reinvestimentos, a remessa de juros, lucros e dividendos, e o processo de conversão da dívida externa.

Com esse objetivo é feito levantamento da legislação sobre o tema a partir de 1933 até a Constituição de 1988, considerando o regime jurídico, as remessas para o exterior, os setores onde a aplicação de capital estrangeiro é vedada, ainda que parcialmente, procedendo-se também à comparação das normas brasileiras com os aspectos básicos da legislação de alguns países selecionados.

TD nº 9

- . Título: Uma Análise de Intervenção Aplicada ao INPC
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 29
- . Nome dos autores: Carlos Henrique Motta Coelho e Moyses Tenenblat (Diretoria Adjunta - DADI).
- . Resumo:

Desenvolve-se um modelo de série temporal para o INPC no período de março de 1979 a julho de 1988. Antes da estimação do modelo a série é submetida a uma transformada de Box-Cox para a eliminação da heteroscedasticidade, tendo-se o cuidado de escolher, usando o método de máxima verossimilhança, o valor do parâmetro da transformada. Estimado um modelo provisório, um AR(1), passa-se à fase final, adicionando-se a esse modelo seis variáveis de intervenção. Finalmente, com o modelo completo, projeta-se o valor do índice para o mês de agosto de 1988. Obtem-se uma substancial melhora na projeção quando comparada à realizada com o modelo provisório.

TD nº 10

- . Título: Os Arranjos Domiciliares das Famílias Matrifocais
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 26
- . Nome dos autores: Ricardo Frederico Neupert, Selma Maria Gabriel Calheiros e Lenita Maria Turchi (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES).
- . Resumo:

O propósito deste estudo é analisar, utilizando as informações do Censo Demográfico de 1980, as famílias matrifocais no tocante aos seus arranjos domiciliares e seus condicionantes básicos. Para tanto, considerou-se como família matrifocal aquela formada por uma mulher que não está em união conjugal e que tenha pelo menos um filho menor de 15 anos. Os resultados indicaram que, no Brasil,

60% dessas mulheres chefiam seu domicílio, e que a chefia, mais que um desejo de autonomia ou uma opção deliberada, é uma situação condicionada pelas características de existência, tais como: prole numerosa, situação conjugal, idade e renda. É importante destacar que estas variáveis condicionam as probabilidades de chefia, independentemente umas das outras, e que, combinadas, reforçam tais probabilidades. Os dados apontados foram suficientes para mostrar a importância do tema para qualquer pesquisa que se proponha analisar a natureza da estrutura familiar e suas mudanças. Possivelmente, tais famílias terão uma maior incidência no futuro e o estudo dos seus arranjos e condicionantes apontam uma nova concepção de vida familiar.

TD.nº 11

- . Título: O Acordo Comercial EUA-Canadá e suas Consequências para o Brasil.
- . Data de publicação: Junho de 1989
- . Número de páginas: 50
- . Nome do autor: Luiz Fernando de Lana Resende (Coordenadoria do Setor Externo - CSE).
- . Resumo:

A entrada em vigor do Acordo de Liberalização Comercial Estados Unidos-Canadá, assinado em 04 de outubro de 1988, bem como a unificação econômica européia de 1992, implicarão profundas alterações no comércio internacional de bens e serviços, até o momento regido pelo princípio da não discriminação de parceiros.

A concentração das exportações brasileiras para os EUA e a competitividade existente entre o Brasil e o Canadá na exportação de alguns bens poderão resultar em maiores dificuldades na colocação de produtos brasileiros no mercado norte-americano.

O presente estudo analisa o conteúdo do Acordo Estados Unidos-Canadá, os interesses de ambos os países em implementá-lo e os seus prováveis efeitos para as exportações brasileiras.

TD nº 12

- . Título: Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil até o ano 2010.
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 62
- . Nome dos autores: Ricardo Federico Neupert- (Consultor do PNUD), Selma Maria Gabriel Calheiros e Mário Lisboa Theodoro (Coordenadoria de Emprego e Salários - CFS).
- . Resumo:

O objetivo geral do presente trabalho é projetar a População Economicamente Ativa (PEA) por sexo e idade para cada quinquênio entre 1980 e 2010. Este exercício está baseado numa projeção populacional recente realizada pela Coordenadoria de Emprego e Salários do Instituto de Planejamento (IPLAN), na qual foram incorporadas as tendências demográficas observadas nos últimos anos. Na primeira parte são discutidas as técnicas usuais de projeções da PEA e as limitações dos dados disponíveis. Em seguida analisou-se brevemente a evolução do nível e da estrutura da participação durante as últimas décadas. Paralelamente, fez-se uma comparação com países tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos. Com base no exposto, foi elaborada a projeção propriamente dita, utilizando-se uma metodologia desenvolvida pelo Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE). O resultado indicou que a PEA deverá chegar a 88,6 milhões de pessoas no ano 2010. Isto significa um crescimento médio anual de 2,42% entre 1980 e 2010. Na terceira parte do trabalho são desenvolvidas quatro hipóteses alternativas, referentes a possíveis variações do nível e da estrutura da participação por sexo e idade.

TD nº 13

- . Título: Internal Migration in Brazil
- . Data de publicação: junho de 1989

- . Número de páginas: 36
- . Nome do autor: George Martine. Coordenador Técnico do Projeto de Planejamento e Avaliação Social - (Convênio PNUD/OII/IPLAN Projeto BRA/006/87).
- . Resumo:

Qualquer que seja a definição utilizada, o crescimento de movimentos migratórios no Brasil é indiscutível. A intensificação dessa mobilidade tem de ser analisada à luz das profundas transformações históricas que o País tem experimentado nas últimas décadas. De 1930 a 1980, observaram-se dois principais tipos de fluxos migratórios no Brasil. Uma corrente se dirigiu para localidades urbanas cada vez maiores e a outra para uma fronteira agrícola em constante expansão. A análise do processo de urbanização mostra que vários fatores estimulam a multiplicação de localidades urbanas e, paradoxalmente, a concentração progressiva da população urbana em algumas grandes cidades. Os movimentos em direção à fronteira agrícola se iniciaram na década de 30 com a ocupação do Paraná e, posteriormente, transbordaram para a faixa central do País e, finalmente, para a Região Amazônica. Com o fim das grandes fronteiras, os dois movimentos tradicionais passaram a convergir num só - a concentração urbana. Esses dois movimentos tradicionais também proporcionaram uma importante redistribuição inter-regional de população. A revisão da literatura, avaliando esses movimentos migratórios no Brasil, mostra uma grande variedade de enfoques e resultados e ilustra a dificuldade de sintetizar um processo tão amplo, que é ao mesmo tempo efeito e causa do desenvolvimento.

TD nº 14

- . Título: Mudando as Instituições de Treinamento (Um estudo de caso de dois Centros de Tecnologia no Brasil)
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 35
- . Nome dos autores: Raulino Tramontin e Ronald Braga (Coordenação de Educação e Cultura - CEC).

. Resumo:

"Mudando as Instituições de Treinamento" é um estudo de caso - encomendado pela OIT - que aborda, numa análise comparativa, o desempenho e a evolução dos Centros Federais de Ensino Tecnológico do Paraná e da Bahia. O texto analisa primeiramente a evolução histórica dos centros, posicionando-os no contexto da expansão do ensino superior do mundo e do Brasil. Analisa a evolução das políticas brasileiras em relação ao ensino tecnológico, fazendo a seguir um estudo comparativo dos centros, com três vetores: as dificuldades do meio, as características institucionais, os atores e o papel das lideranças. Por fim, apresenta um conjunto de conclusões sobre os pressupostos básicos à definição de uma política de ensino tecnológico no Brasil.

TD nº 15

- . Título: Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 67
- . Nome do autor: George Martine (Consultor da OIT/PNUD/IPLAN, Projeto BRA/87/006).
- . Resumo:

Este trabalho procura analisar as diferentes fases da modernização agrícola brasileira em termos das suas conseqüências para a sociedade como um todo. Na primeira parte do trabalho, perfilam-se as principais características das etapas recentes da modernização; na segunda, analisam-se alguns pressupostos subjacentes à avaliação do processo corrente de "caificação" do padrão agrícola (i.e. o crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais ou CAIs).

A modernização recente da agricultura pode ser dividida em três fases: o período de modernização conservadora (1965-79), em que o Governo induziu a modernização via crédito subsidiado, o período de crise (1980-85), que encontrou a agricultura num estágio de relativa maturidade, e o período pós-1985, marca-

do pela colheita de várias supersafras. As mudanças ocorridas no padrão agrícola têm alimentado avaliações otimistas a respeito da agricultura brasileira atual, mas é preciso examinar os pressupostos subjacentes a essa perspectiva. Em primeiro lugar, a suposição de que há vantagens inerentes à maior escala de produção precisa ser qualificada. A suposta eficiência econômica da agricultura "caificada" também é questionável. Por um lado, ela se resume, muitas vezes, a uma capacidade de manipulação política e, por outro, os níveis de produtividade brasileira ainda são pouco competitivos. Nessa visão, com um mercado interno reduzido pela má distribuição de renda e dificuldades de competir no mercado externo, as perspectivas para a agricultura brasileira precisam ser reavaliadas dentro de um contexto social e político mais amplo.

TD nº 16

- . Título: A Teoria Dual de Mercados de Trabalho e a Determinação de Salários na Indústria de Pernambuco.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 71
- . Nome dos autores: Ismael Carlos Oliveira (Coordenadoria de Emprego e Salários - CES)
- . Resumo:

O objetivo deste trabalho é o de estudar as características da força de trabalho e analisar a determinação de salários na indústria de transformação do Estado de Pernambuco. Foi utilizada a teoria dual de mercados de trabalho, pela qual os trabalhadores das diversas ocupações manufatureiras foram agrupados em mercados de trabalho primário e secundário.

Destaca-se na primeira parte do estudo que os níveis de remuneração da força de trabalho pernambucana não melhoraram de forma significativa nos últimos vinte anos, apesar do aumento considerável da escolaridade da população - notadamente para os que possuem cinco ou mais anos de estudo - e do acréscimo relativo do emprego em setores modernos como

as indústrias dinâmicas e os serviços sociais e governamentais.

Na segunda parte, observou-se que características como escolaridade, idade, sexo e naturalidade do empregado, e também da firma, entre outras, explicam melhor a determinação de salários no mercado primário. Para o mercado secundário, notaram-se evidências de práticas credencialistas e a configuração de um mercado interno "secundário" como modestas chances de promoção e baixos salários, quase que determinados pelo nível institucional do salário mínimo regional. Ao contrário do que se esperava, foram encontrados idênticos padrões de rotatividade da mão-de-obra nos mercados primário e secundário de trabalho.

TD nº 17

- . Título: Migrações Internas no Brasil - Tendências e Perspectivas
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 26
- . Nome do autor: George Martine (Coordenador Técnico do Convênio PNUD/OIT/IPLAN).
- . Resumo:

A distribuição espacial da população obedece ao conjunto de decisões tomadas, seja ao nível do poder público, seja ao nível da iniciativa privada, com relação à localização de atividades econômicas e às formas de organização da produção e distribuição de bens e serviços. Este pressuposto norteia o atual ensaio, que procura situar a questão migratória dentro do contexto mais amplo das grandes mudanças econômicas e sociais que afetaram o País, particularmente no período pós-1930. As migrações centripetas e centrífugas são analisadas à luz das principais transformações históricas que incidiram mais diretamente nelas. Os períodos utilizados para contextualizar os dois grandes tipos de fluxos migratórios são 1930 a 1950, 1950 a 1965, 1965 a 1980 e 1980 até hoje. Ressalta-se a convergência dos dois tipos de movimentos no período mais recente.

TD nº 18

- . Título: A Política de Preço Uniformizado do Óleo Diesel e suas Implicações no Avanço da Fronteira Agrícola
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 25
- . Nome do autor: Enid Rocha Andrade da Silva (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA).
- . Resumo:

Analisa-se a política de uniformização de preço do óleo diesel sob a ótica do setor agropecuário e discute-se sua influência na expansão da fronteira agrícola. Primeiramente, mostra-se que atualmente o consumo de óleo diesel no setor agropecuário é predominante quando comparado com as outras fontes de energia consumidas pelo setor, tanto na esfera produtiva, quanto na esfera da comercialização dos produtos agrícolas. Posteriormente, partindo da hipótese de ausência da política de equalização de preço do combustível, quantificam-se os impactos resultantes em termos de custos de produção e preços dos produtos agrícolas oriundos de microrregiões de expansão agrícola recente e de fronteira consolidada. Conclui-se que esta política constitui importante estímulo para o avanço da fronteira agrícola.

TD nº 19

- . Título: Planejamento da Educação no Brasil: Revisão e Propostas.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 31
- . Nome do autor: José Amaral Sobrinho (Coordenadoria de Educação e Cultura - CEC).
- . Resumo:

O sistema educacional brasileiro encontra-se em um momento de crise, sendo objeto

de críticas, de desencanto e de incertezas. Embora vários fatores tenham contribuído para essa crise do sistema e de sua gestão, boa parte pode ser explicada pela inadequação dos paradigmas, do estilo de administração e dos procedimentos a uma realidade, nova em sua configuração. A busca de novas formas de administrar a educação, no momento em que mudanças ocorrem na sociedade, depende da identificação de alguns parâmetros institucionais ditados pela realidade constitucional do País, assim como de uma revisão de certos processos e encaminhamentos. O texto analisa a trajetória do planejamento da educação no Brasil, seus momentos, processos, resultados e desvios, possibilitando a identificação de aspectos que possam alavancar propostas de revisão de estilos e processos de planejamento adequados ao momento de transformações políticas e sociais.

TD nº 20

- . Título: Transporte Urbano: As responsabilidades do Governo Federal e a Autonomia Municipal.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 30
- . Nome do autor: Ieda Maria de Oliveira Lima (Coordenadoria de Transportes e Comunicações - CTC).
- . Resumo:

A Constituição de 1988 modificou o perfil de centralização de recursos e decisões, chegando em um momento em que se esgotava o padrão de financiamento da política de transporte adotada pelo Governo Federal. Juntamente com a nova política tributária, os poderes estadual e municipal adquiriram maior autonomia no que se refere à gerência do transporte urbano local. À União foi reservada a competência de instituir diretrizes e legislar sobre a política nacional de transporte e trânsito.

As dúvidas sobre os limites legais de responsabilidades próprias da União e dos governos locais, sobre as diretrizes nacionais a serem adotadas para o transporte urbano de agora em diante e sobre o relacionamento das três esferas de Governo deram margem a dis-

cussões sobre a necessidade de identificar e revisar conceitos, e priorizar a natureza dos problemas inerentes ao setor.

Neste trabalho listam-se os problemas de transporte urbano comuns ao País e discutem-se, a partir daí, as grandes linhas de coordenação desse setor pelo Governo, como o controle do endividamento externo, o aproveitamento máximo do potencial dos sistemas existentes, o controle de consumo de energia, um desembolso do usuário do transporte público compatível com a política salarial, as condições para a passagem gradativa dos encargos do transporte urbano da União para os estados e municípios, o acompanhamento e o controle unificado dos programas de segurança de tráfego e transporte, a prioridade tecnológica e modal, a implantação de política de produção de veículos e equipamentos, e a existência de capacidade técnica para a coordenação dos transportes públicos.

TD nº 21

- . Título: A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas.
- . Data de publicação: outubro de 1989
- . Número de páginas: 72
- . Nome dos autores: George Martine (PNUD/OIT/IPLAN); Ana Amélia Camarano (CES); Ricardo Neupert (Consultor PNUD/OIT/IPLAN) e Kaisô Beltrão (INPES/IPEA).
- . Resumo:

Quatro alternativas traçadas para o perfil da distribuição espacial da população brasileira mostram a existência de um fator inercial de grande impacto neste processo: nem os diferenciais existentes nas taxas de crescimento vegetativo, nem mudanças significativas no modelo político devem implicar variações relevantes na redistribuição espacial. Chama-se a atenção para o fato de que, em 1980, as regiões Sudeste e Nordeste concentravam 73% da população brasileira. A distribuição ao nível regional já está predeterminada até a virada do século. O Sudeste de-

verá concentrar no mínimo 43% da população brasileira, absorvendo 52% da população urbana nacional. Embora o Nordeste esteja perdendo participação no total, pelo crescimento relativamente menor da população residente na zona urbana, as áreas rurais nordestinas ainda apresentarão um ritmo de crescimento significativo, mais elevado que o da própria região Norte. Conseqüentemente, vislumbra-se, para a próxima década, uma ampliação dos diferenciais no ritmo e na forma do processo de urbanização brasileiro.

TD nº 22

- . Título: Incentivos Financeiros e Fiscais na Pecuarização da Amazônia
- . Data de publicação: outubro de 1989
- . Número de páginas: 30
- . Nome do autor: Cláudio Yokomizo (Coordenadoria de Desenvolvimento Regional - CDR).
- . Resumo:

O presente trabalho dentro do universo de concessões federais, estaduais e municipais de incentivos financeiros, fiscais e vantagens adicionais, limitou-se a avaliar o desempenho e os efeitos decorrentes da implantação da agropecuária na região amazônica amparada pelo Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM). No decorrer da análise, procurou-se destacar os fatores endógenos e exógenos que condicionaram o baixo desempenho técnico, econômico e administrativo dos projetos em sua fase de execução, bem como as consequências ambientais. As conclusões e recomendações formuladas buscam lançar um alerta geral sobre o balanço negativo da política de incentivos praticada ao longo das duas últimas décadas, onde a pecuária, indutora do desmatamento e das queimadas, ainda não conseguiu emancipar-se e retribuir a elevada renúncia fiscal da sociedade.

TD nº 23

- . Título: Projeções Populacionais: Usos, Abusos e Não-Usos.
- . Data de publicação: novembro de 1989
- . Número de páginas: 25
- . Nome dos autores: George Martine (Consultor do Projeto PNUD/OIT/IPLAN) e Ricardo Lima (Coordenadoria de Emprego e Salário - CFS).
- . Resumo:

A atividade de planejamento, seja no setor privado ou público, exige previsões da evolução do volume e estrutura populacional. Paradoxalmente, o exercício de projeção demográfica é ainda muito restrito no aparato estatal. Por outro lado, o exercício de projeção continua delicado, tendo sempre um elemento "artístico", não sujeito à padronização. Discute-se os usos e abusos relacionados com projeções demográficas, assim como os problemas gerados pelo não-uso de projeções atualizadas. Sugere-se, finalmente, que para melhorar a qualidade das projeções, seria necessário alimentá-las com fontes complementares de dados nos períodos intercensitários.

Notas para Discussão - NDs

ND nº 5

- . Título: Comportamento Recente do Capital Estrangeiro - Algumas Considerações Gerais.
- . Data de publicação: abril de 1989
- . Número de páginas: 23
- . Nome do autor: Renato Baumann (Coordenadoria do Setor Externo - CSE).
- . Resumo:

A análise das restrições financeiras implícitas na substituição dos capitais de risco por capitais de empréstimo e a análise das

limitações que o serviço da dívida externa impõe ao crescimento do produto nacional têm merecido maior destaque na literatura do que outros aspectos relevantes, como as modificações observadas na própria forma dos investimentos.

Neste trabalho se procura retomar a perspectiva das características básicas das novas formas de investimento, a partir do argumento de que, qualquer que venha a ser a eventual solução para a questão da dívida externa a curto ou médio prazo, há que incluir preocupações de caráter mais estrutural, relacionadas com o tratamento do capital estrangeiro, e o papel desse agente no processo de desenvolvimento econômico.

ND nº 6

- . Título: Reflexões sobre o Seminário Internacional: Mudança Tecnológica, Organização do Trabalho e Formas de Gestão (IPEA/IFLAN/CFNDEC) 3 a 5 de outubro de 1988.
- . Data de publicação: maio de 1989
- . Número de páginas: 25
- . Nome do autor: Rosa Maria Sales de Melo Soares (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES).

. Resumo:

A fase atual de difusão e emprego de novas tecnologias tem suscitado grande interesse nos meios acadêmicos, sindicais, empresariais e de governo, com a produção de textos, livros e debates. Este texto analisa o assunto através das principais questões tratadas no seminário internacional que o titula, realizado pelo IPEA em outubro de 1988 e concebido pela autora. A preocupação central é interrelacionar as questões tratadas, mostrando a coerência do programa.

ND nº 7

- . Título: Befiex: Efeitos Internos de um Incentivo à Exportação
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 37
- . Nome do autor: Renato Baumann (Coordenadoria do Setor Externo - CSE)
- . Resumo:

Dentre os instrumentos importantes da política de estímulo às exportações de produtos manufaturados adotada pelo Brasil desde o início da década passada destacam-se os Programas Especiais de Exportação, concedidos pela BEFIEX.

A dupla finalidade dos contratos envolvidos - enquanto instrumentos de política industrial e enquanto incentivos às exportações - bem como a relativa complexidade dos benefícios específicos e suas condicionalidades explicam, em parte, por que os Programas BEFIEX têm sido relativamente pouco estudados e considerados apenas nas análises da política de promoção às exportações.

Neste trabalho, apresentam-se alguns aspectos básicos relevantes desses programas, e procura-se elucidar pontos frequentemente confundidos no debate sobre o tema. Além disso, e dado que foram recentemente elevados à condição de um dos três pilares da política industrial, são discutidas indicações de que esses programas teriam contribuído para consolidar estruturas vigentes de mercado em alguns setores.

ND nº 8

- . Título: Privatização, Conversão da Dívida Externa e Repatriação de Capitais Brasileiros: Uma Proposta.
- . Data de publicação: outubro de 1989
- . Número de páginas: 8
- . Nome do autor: Luiz Zottmann (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM).
- . Resumo:

Este trabalho está voltado à apresentação e à discussão de uma proposta que visa solucionar, simultaneamente, três problemas cruciais da atualidade econômica brasileira: o endividamento externo, a privatização das empresas públicas e a repatriação de capitais brasileiros. Calcado no exame prévio das limitações de soluções isoladas já aventadas para cada um desses temas, o trabalho cuida, inicialmente, de explicitá-los, para, em seguida, apresentar o conjunto das proposições, através do qual se pretende solucionar tais problemas. Finalmente, discute-se e avalia-se esse conjunto, inclusive em termos quantitativos.

Acompanhamento de Políticas Públicas - APPs

APP nº 7

- . Título: O Município na Constituição de 1988
- . Data de publicação: 1989
- . Número de páginas: 109
- . Nome do autor: Edgar Bastos de Souza (Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CDU).

APP nº 8

- . Título: Os Transportes Urbanos na Década de 90: Problemas e Perspectivas.
- . Data de publicação: abril de 1989
- . Número de páginas: 67
- . Nome dos autores: Charles Leslie Wright e José Alex Sant'Ana. (Coordenadoria de Transporte e Comunicação - CTC).

APP nº 9

- . Título: Análise das Propostas de Lei Agrícola: Anteprojeto do Ministério da Agricultura.
- . Data de publicação: abril de 1989 .
- . Número de páginas: 9
- . Autores: Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA.

APP nº 10

- . Título: Conjuntura Macroeconômica: Alguns dos Principais Pontos de 1988.
- . Data de publicação: abril de 1989
- . Número de páginas: 42
- . Autores: Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM.

APP nº 11

- . Título: A Conta Social Revisitada - 1980/1987
- . Data de publicação: MAIO DE 1989
- . Número de páginas: 24
- . Autores: Coordenadoria de Saúde e Previdência Social - CSP.

APP nº 12

- . Título: Déficit do Setor Público
- . Data de publicação: maio de 1989
- . Número de páginas: 21
- . Autores: Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM.

APP nº 13

- . Título: Regionalização das Transações do Setor Público - 1985/Fundação Getúlio Vargas/IBRE-Centro de Estudos Fiscais.
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 164

- . Autores: Técnicos do Centro de Estudos Fiscais.

APP nº 14

- . Título: As Propostas da Lei Agrícola Estaduais - Uma Análise Crítica.
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 21
- . Autores: Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA.

APP nº 15

- . Título: Demanda y Oferta de Servicios Urbanos en las Ciudades Medianas del Brasil - Proyecto DU-2 - Nações Unidas/CEPAL (Relatório de Pesquisa).
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 94
- . Relatores: Isabel Sprenger Ribas (JPEA/SEPLAN), Ronaldo Vasconcelos (CEPAL).

APP nº 16

- . Título: Avaliação dos Planos e Políticas do Setor Siderúrgico Estatal.
- . Data de publicação: junho de 1989
- . Número de páginas: 37
- . Autores: Coordenadoria de Indústria e Tecnologia/IPLAN.

APP nº 17

- . Título: Mercado de Trabalho em 1988: Ligeira Recuperação dos Níveis de Emprego e de Rendimentos.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 50
- . Autores: Coordenadoria de Emprego e Salários - CES.

APP nº 18

- . Título: Condicionantes da Política Energética Nacional.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 15
- . Autores: Coordenadoria de Minas e Energia - CME.

APP nº 19

- . Título: As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1988.
- . Data de publicação: agosto de 1989
- . Número de páginas: 142
- . Autores: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CDU.

APP nº 20

- . Título: Lei Agrícola - Concepção e Políticas Específicas.
- . Data de publicação: outubro de 1989
- . Número de páginas: 13
- . Autores: Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA.

APP nº 21

- . Título: Mercado de Trabalho no Primeiro Semestre de 1989: Ligação Ampliação no Nível de Emprego e Manutenção dos Rendimentos.
- . Data de publicação: novembro de 1989
- . Número de páginas: 33
- . Autores: Coordenadoria de Emprego e Salário - CES

APP nº 22

- . Título: Análise dos Dados do Censo Agropecuário de 1985: Coletânea.
- . Data de publicação: novembro de 1989
- . Número de páginas: 109
- . Autores: Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA.

Informes Técnicos - ITs

- . Número: 1/89
- . Data: 9/3/89
- . Tema: Execução Financeira
- . Autoria: Eduardo Felipe Ohana e Paulo Zolhof (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPN).
- . Título: Plano Verão e Execução Financeira do Tesouro em Janeiro de 1989.

- . Número: 2/89
- . Data: 6/4/89
- . Tema: Abastecimento de Carne
- . Autoria: José Arnaldo Figueiredo de Oliveira (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA).
- . Título: O Plano Verão e o Abastecimento de Carne.

- . Número: 3/89
- . Data: 14/4/89
- . Tema: Projeção demográfica
- . Autoria: Ana Amélia Camarano (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES).
- . Título: A População Brasileira na Década de 90.

- . Número: 4/89
- . Data: 19/4/89
- . Tema: Transportes Urbanos
- . Autoria: Iêda Maria de O. Lima (Coordenadoria de Transportes e Comunicações - CTC).
- . Título: Transportes Urbanos: As Responsabilidades do Governo Federal versus (?) Autonomia Municipal.

. Número: 5/89
. Data: 3/5/89
. Tema: Ensino Superior: "Custo/Aluno"
. Autoria: Coordenadoria de Educação e Cultura - CEC.
. Título: O Custo Aluno/Ano nas Universidades Federais: Ganhos Perdidos.

. Número: 6/89
. Data: 15/5/89
. Tema: Emprego no Setor Público
. Autoria: Ana Amélia Camarano (CES), Freda Burger (CES), Kaizô Beltrão (INPES) e Selma Calheiros (CES).
Título: O Emprego no Setor Público na Década de 80.

. Número: 7/89
. Data: 22/6/89
. Tema: Abastecimento de Álcool
. Autoria: Otávio Franco (Coordenadoria de Minas e Energia - CME).
. Título: A Crise de Suprimento e a Inviabilidade da Expansão do Álcool Hidratado

. Número: 8/89
. Data: 23/6/89
. Tema: Indexação da Economia
. Autoria: E. Felipe Ohana (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPN).
. Título: Reindexação da Economia.

. Número: 9/89
. Data: 7/89
. Tema: Problemas Cambiais
. Autoria: Fernando Werneck Magalhães (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM).
. Título: Situação das Reservas Internacionais

. Número: 10/89
. Data: 18/7/89
. Tema: Serviço de Saúde no Brasil
. Autoria: Sérgio Francisco Piola, Sebastião Francisco Camargo, Lorena Bernadete de Silva (Coordenadoria de Saúde e Previdência - CSP).
. Título: O Financiamento dos Serviços de Saúde no Brasil.

. Número: 11/89
. Data: 16/8/89
. Tema: Privatização no Setor Portuário
. Autoria: Silvio Caracas de Moura Júnior (Coordenadoria de Transporte e Comunicação - CTC).
. Título: Algumas Possibilidades de Privatização no Setor Portuário.

. Número: 12/89
. Data: 25/9/89
. Tema: Participação Feminina e Masculina no Mercado de Trabalho
. Autoria: Selma Gabriel Calheiros (CES), Ana Amélia Camarano (CES) e Sebastião Camargo (CSP).
. Título: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho: Existe Discriminação quanto aos Rendimentos?

- . Número: 13/89
- . Data: 30/8/89
- . Tema: Projeções Demográficas
- . Autoria: Ana Amélia Camarano (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES).
- . Título: Década de 90: Onde Andará a População Brasileira?

- . Numero: 14/89
- . Data: 21/11/89
- . Tema: índice de Produção Industrial
- . Autoria: Moyses Tenenblat e Carlos Henrique Motta Coelho. Diretoria Adjunta I (DAD-I).
- . Título: A Projeção do índice de Produção Industrial do IBGE (Indústria Geral).

2.2. Estudos Aprovados pelo Comitê Editorial (em fase de publicação)

- . Equidade nos Serviços de Saúde - Solon Magalhães Vianna (DAD-II).
- . Aspectos Complementares da Circulação Urbana - Charles L. Wright (CTC).
- . O Estado e o Transporte Rodoviário de Carga - Ieda Maria de Oliveira Lima (CTC).
- . Salário Real e Oferta de Alimentos Básicos: Análise do Caso Brasileiro - Carlos Antônio Luque e José Paulo Z. Chahrad (Consultores Externos).

2.3. Estudos sob Apreciação do Comitê Editorial

- . A Renegociação Descentralizada da Dívida Externa Brasileira.
- . Criação de Instrumentos Institucionais Visando Racionalizar e Modernizar o Armazenamento e a Comercialização de Produtos Agrícolas no Brasil.
- . Forecasting with Trading Day Variation, a Seasonal Common Factor and Variance Change.
- . Queda da Fecundidade no Brasil: Implicações no Ciclo de Vida da População Feminina.
- . País Rodoviário e Outros Mitos.
- . A Assistência Social como Garantia de Direitos (Crítica aos Equívocos Conceituais e Políticos).
- . Participação Comunitária em Políticas Públicas.
- . A Questão da Assistência Social.
- . Relatório : O Brasil e o Banco Mundial - Um Diagnóstico das Relações Econômicas: 1949-1989.
- . Educação Básica: Perspectivas para a Década de 90.
- . Inflação, Processo Decisório Governamental e Modelagem: Um Cenário Metodológico.
- . Universidade e Qualidade: Indagações em torno da Qualidade Formal e Política da Formação Universitária.
- . Pré-Escolar é Pré-Prioridade.

3. REVISTA "PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS" (PPP)

A Revista do IPEA "Planejamento e Políticas Públicas" (PPP), publicada sob a responsabilidade do Instituto de Planejamento (IPLAN), objetiva divulgar estudos e análises sobre políticas globais e setoriais do governo, metodologias para formulação e avaliação de políticas, programas e projetos do setor público, contextos histórico e institucional de formulação de políticas públicas e temas correlatos.

A Revista publica os seguintes tipos de textos:

(i) artigos, com um máximo de 30 laudas datilografadas em espaço dois; serão publicados um mínimo de cinco e um máximo de oito artigos por número;

(ii) notas e comentários para divulgação de estudos e pesquisas em andamento, ou breve discussão de pontos polêmicos.

O Corpo Editorial da PPP é composto de um Editor-chefe e mais 6(seis) membros, todos designados pelo Superintendente do IPLAN e pertencentes ao quadro de pessoal técnico do Instituto.

O primeiro número da revista foi lançado por ocasião da comemoração dos 25 anos do IPEA, trazendo os seguintes artigos:

. O Leviatã Anêmico: Dilemas Presentes e Futuros da Política Social.

Sérgio Henrique Hudson de Abranches

. Estado, Economia, Ética, Interesses: Para a Construção Democrática no Brasil.

Fábio Wanderley Reis

- . A Dimensão Social da Estratégia: Crescimento com Redistribuição e Reformas.
João Paulo dos Reis Velloso

- . O Que Fazer com o Planejamento Regional no Brasil na Próxima Década.
Paulo Roberto Haddad

- . A Constituição e o Gasto Público.
José Serra

- . Gastos Sociais no Brasil: Habitação e Saneamento.
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

- . Avaliação Politico-Institucional do Proálcool: Grupos de Interesse e Conflito Interburocrático.
Maria Helena de Castro Santos

4. SEMINÁRIOS, SIMPÓSIOS E OUTROS EVENTOS

4.1. Seminários Internos

- . Plano Diretor do Corredor da Estrada de Ferro Carajás (Coordenadoria de Desenvolvimento Regional - CDR) 29/03/89.

- . Conjuntura Macroeconômica - Retrospectiva de 1988 (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM) 31/03/89.

- . Transportes Urbanos - Perspectivas para a Década de 90 (Coordenadoria de Transportes e Comunicações - CTC) 07/04/89.

- . Endividamento do Setor Público (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM) 28/04/89.
- . Setor Siderúrgico Estatal - Problemas e Perspectivas para década de 90 (Coordenadoria de Indústria e Tecnologia - CIT) 12/05/89.
- . Dívida Externa (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM/IPLAN) 19/05/89.
- . Lei Agrícola - Discussão de Propostas (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA) 24/05/89.
- . Acordo Estados Unidos/Canadá - Efeitos para o Brasil (Coordenadoria de Setor Externo - CSE) 26/05/89.
- . Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA) 31/05/89.
- . A Política de Uniformização do óleo Diesel e suas Implicações no Avanço da Fronteira Agrícola (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA) 02/06/89.
- . Emprego e Salário - Retrospectiva de 1988 (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES) 09/06/89.
- . As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano em 1988 (Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CDU) 23/06/89.
- . A Seguridade Social na Nova Constituição - Proposta de Regulamentação (Coordenadoria de Saúde e Previdência Social - CSP) 30/06/89.
- . A Seguridade Social na Nova Constituição: Saúde e Assistência Social (Coordenadoria de Saúde e Previdência Social - CSP) 14/07/89.

- . Avaliação da Política de Preços Mínimos (Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento - CAA) 21/07/89.
- . Urbanização no Brasil: Retrospectiva e Perspectiva (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES) 28/07/89.
- . Relações no Trabalho: Negociações Coletivas e Participação dos Trabalhadores na Empresa (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES) 04/08/89.
- . Mesa Redonda sobre Padrões de Gestão, Tecnologia e Produtividade do Trabalho (Coordenadoria de Emprego e Salário - CES) 08/08/89.
- . A Questão Fiscal e o Desequilíbrio Macroeconômico (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM) 11/08/89.
- . Financiamento do Transporte Público (Coordenadoria de Transportes e Comunicação - CTC) 17/08/89.
- . Saneamento Rural: Nova Metodologia para Execução de Projetos de Engenharia com Participação e Educação Popular (Experiências Recentes). (Projeto Nacional de Saneamento Rural - PNSR) 18/08/89.
- . Perspectivas e Prioridades da Política Energética Nacional. (Coordenadoria das Minas e Energia - CME) 21 a 23/08/89.
- . Dívida Externa: Princípios para sua Administração (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM) 25/08/89.
- . Conjuntura Macroeconômica: Revisão Primeiro Semestre de 1989. (Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico - CPM) 01/09/89.

- . Financiamento do Ensino Superior (Coordenadoria de Educação e Cultura - CFC) 15/09/89.
- . Programa Grande Carajás (Coordenadoria de Desenvolvimento Regional - CDR) 29/09/89.
- . Perspectivas do Sistema Educacional para a Década de 90 (Coordenadoria de Educação e Cultura - CFC) - 20/10/89.
- . O Estado e o Transporte Rodoviário de Carga (Coordenadoria de Transporte e Comunicação - CTC) 27/10/89.
- . As Funções do Transporte Urbano nas Relações Econômico-Sociais e a Tarifação (Coordenadoria de Transportes e Comunicação - CTC) 06/10/89.
- . Planejamento de Longo Prazo e Crescimento Econômico (Dionízio Dias Carneiro, da PUC/Rio de Janeiro) 09/11/89.
- . Ensino Superior Brasileiro na Década de 90 (Coordenadoria de Educação e Cultura - CEC) 10/11/89.
- . II Seminário de Modelagem Macroeconômica no Brasil (Diretoria do IPLAN) 23 e 24/11/89.
- . Análise Dinâmica da Pauta de Exportações Brasileiras. (Coordenadoria do Setor Externo - CSE) 01/12/89.
- . Perspectivas do Transporte Aéreo para a Década de 90. - Coordenadoria de Transportes e Comunicação - CTC/IPLAN. - 06/12/89.

4.2. Participação em eventos externos

- . XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Apresentação dos seguintes trabalhos: "A Política de Preço Uniformizado do óleo Diesel e suas Implicações no Avanço da Fronteira Agrícola", "Producer Subsidy Equivalente: Conceituação e Aplicação na Liberalização do Comércio e no Planejamento Econômico" e "Tendência da Demanda Agrícola Face a Política Econômica". SDBER, São Paulo (S.P). Julho de 1983.
- . Seminário sobre "Liberalização do Comércio de Produtos Agrícolas Temperados", promovido pelo Ministério das Relações Exteriores". Apresentação do trabalho "Producer Subsidy Equivalent: Conceituação e Aplicação na Liberalização do Comércio e no Planejamento Econômico". Março de 1989.
- . XIV Encontro Nacional do Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Apresentação do trabalho "Os Incentivos Fiscais na Amazônia: Resultados e Problemas". Junho de 1989.
- . Participação no "Encontro Nacional de Lei Agrícola", promovido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.
- . Seminário sobre "Nova Política Industrial", promovida pela SDI/MDI. Abril de 1989.
- . Seminário sobre "Questões de Política Industrial", promovido pelo PNUD. Maio de 1989.
- . Seminário sobre "Reestruturação Industrial da América Latina", promovido pela CEPAL-UNIDO em Santiago (Chile). Agosto de 1989.

- . Seminário "Avaliação no Ensino Superior: contexto, experiências, desdobramento e perspectivas", NUPES/USP; debate do tema "As iniciativas de Planejamento e Avaliação na Formulação de Políticas para o Ensino Superior".
- . Seminário sobre Planejamento Estratégico em Educação, FUNDEPAR/ Secretaria de Educação do Estado do Paraná.
- . Forum Internacional sobre Saúde Bucal: PNUD/OMS/OPAS/Ministério da Saúde; apresentação do tema "Cuidados Básicos em Odontologia a Grupos Prioritários: Pré-Escolares e Escolares", promovido pelo PNUD/OMS/OPAS/Ministério da Saúde.
- . VIII Encontro Nacional dos órgãos do Sistema Estatístico de Educação e Desportos, SEFC/MEC; exposição e debate do tema "Estatística Educacional e Planejamento Estratégico em Educação".
- . Seminário e Curso sobre Planejamento da Educação Municipal, UNDIME/IJP/CENDEC; exposição do tema "Educação no Contexto da Política Social".
- . Seminário "Brasil Anos 90 - A Questão Social", FUNDAP/Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; debate do tema "Educação Básica".
- . XIV Congresso da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE); painel sobre o tema "Políticas Públicas e Financiamento da Educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".
- . Seminário Interdisciplinar sobre Política Social e Pobreza na América Latina, Curso de Especialização sobre América Latina, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, UNB; painel sobre Perspectivas da Política Social na América Latina.

- . Conferência sobre Política Social e Educação, CEPAL (Quito, Equador).
- . Seminário do Cone Sul sobre Educação Infantil, DEA/OMEP.
- . Reunião Técnica sobre Participação Comunitária e Assistência - Câmara dos Deputados.
- . Encontro Mundial da Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP) (Praga, Tchecoslováquia); conferência sobre Educação Pré-Escolar no Brasil.
- . Seminário "Eficiência e Qualidade do Ensino Superior", Banco Mundial-IDE/CENDEC; debatedor e relator de grupo; elaboração do Relatório Final.
- . Seminário sobre a Avaliação do Ensino Superior, MEC/ABM; debatedor do tema "Metodologia da Avaliação Institucional".
- . Seminário "Os Rumos da Nova Constituição", Faculdades Integradas Cândido Mendes/ABM; debatedor do tema "Autonomia Universitária.
- . Simpósio Nacional de Avaliação em Educação, ULBRA; conferência sobre "Experiência de Avaliação de Políticas de Ensino Superior no Brasil".
- . Seminário sobre os Problemas Atuais do Ensino Superior no Brasil, Universidade de Caxias do Sul; conferência sobre "Perspectivas de Desenvolvimento do Ensino Superior nos Anos 90".
- . Seminário de Assuntos Universitários, Conselho Federal de Educação; exposição do tema "Avaliação do Ensino Superior".

- . IV Seminário das Novas Universidades, CRUB; exposição "Mercado de Trabalho e Expansão da Oferta de Ensino Superior".
- . Seminário de Altos Estudos em Ciência da Linguagem, Universidade de Caxias do Sul; exposição do tema "Discurso na Contemporaneidade. Os jogos de linguagem".
- . Seminário Nacional de Literatura e Bibliotecas Infanto-Juvenis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; exposição sobre "Popularização da Leitura e Políticas Públicas".
- . Curso de Pós-Graduação para Técnicos do Sistema de Bibliotecas Públicas, INI/Universidade Federal de Pernambuco; seminário sobre "Literatura no Século XX".
- . Seminário sobre Política Social. FIPE/IPEA-IPLAN. São Paulo, SP.
- . I Workshop Internacional sobre Economia de Saúde (CENDEC/IPLAN). Brasília, novembro.
- . Seminário sobre "Aspectos da Política Comercial na Nova Administração dos EUA", promovido pela FUNCEX, Rio de Janeiro (RJ) - outubro/89.
- . Seminário sobre "Ações para a Capacitação Tecnológica do País", promovido pelo SETEC, Rio de Janeiro (RJ), setembro/89.
- . 11 Simpósio Nacional de Métodos Quantitativos, Juiz de Fora (MG), outubro/89.
- . Seminário sobre "Políticas Sociais para os anos 90", promovido pela Faculdade de Economia e Administração da USP/SP - 20/08/89.

- . Conferência na Escola Superior de Guerra, Tema: A População Brasileira, Rio de Janeiro, agosto/89.
- . Seminário sobre "Hiperinflação", promovido pelo PNUD, São Paulo (SP), agosto/89.
- . Seminário sobre "Financiamento do Sistema Único de Saúde". Apresentação do tema: Gestão do SUDS/SUS - Perspectivas de Financiamento e Instrumentos Orçamentários e Financeiros, promovido pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UFPB. João Pessoa (PB), agosto/89.
- . II Congresso Brasileiro de Previdência Social e I Seminário de Seguridade Social, em São Paulo. 24 a 25/07/89.
- . Seminário sobre "Cenários Políticos Energéticos", no Rio de Janeiro (RJ), em 14/07/89.
- . II Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e III Congresso Paulista de Saúde Pública, em São Paulo (SP), de 04 a 06/07/89.
- . Seminário sobre "O Brasil e o Comércio Internacional de Serviços", promovido pelo MRE/BNDES, no Rio de Janeiro (RJ). Junho/89.
- . VII Congresso Nacional de Transportes Públicos, promovido pela AMTP, Rio de Janeiro (RJ), em maio/89.
- . I Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, promovido pela UNICAMP, em Campinas (SP), maio/89.
- . Seminário sobre "A Cidade e a Água", promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Rio de Janeiro (RJ), em março/89.

- . Seminário Internacional sobre "O Futuro do Transporte Aéreo na América Latina", Rio de Janeiro (RJ), em março/89.
- . Ciclo de Debates sobre "Reestruturação Mundial da Indústria", promovido pelo BNDES, no Rio de Janeiro (RJ), em março/89.
- . Simpósio sobre "O Código Nacional de Transportes Urbanos", promovido pela AMTP, em São Paulo (SP), fevereiro/89.

5. COOPERAÇÃO TÉCNICA

5.1. Internacional

5.1.1. O Projeto PNUD/OIT/IPLAN (BRA/006/87)

O Projeto de Planejamento, Monitoramento e Avaliação Social (BRA/87/006) tem como objetivo ajudar o governo brasileiro: 1) no planejamento da política social de médio prazo e; 2) na avaliação da atual situação de pobreza e do efeito da ação governamental sobre ela. O projeto está vinculado a Diretoria do IPLAN (DAD-II) e conta com dois peritos George Martine e Philip Fletcher, assim como consultores eventuais de curto prazo.

A principal tarefa do projeto na área de planejamento social é de formular cenários sociais alternativos, mostrando as conseqüências prováveis das tendências em curso no desenvolvimento econômico, social e político. Com base nesses cenários sociais futuros, procura-se apreender as conseqüências de diferentes estratégias, decisões e estilos de desenvolvimento sobre a situação social da população. Também pretende identificar os grupos sociais que estão ficando fora do processo de desenvolvimento e para quem políticas específicas deverão ser dirigidas.

Até aqui, o projeto conseguiu estabelecer as bases empíricas desse esforço prospectivo em diversas áreas e realizou ensaios de projeção nas áreas de crescimento e distribuição da população, urbanização e metropolização, ocupação da fronteira agrícola, evolução da estrutura da demanda de trabalho e da PEA. Também iniciou análises das perspectivas de desenvolvimento sócio-político, enfatizando a natureza da política social em distintos cenários. Em outro nível, o projeto tem colaborado com o governo nas tentativas de re-avaliar a base de dados - particularmente dos Censos e das PNADs -, e está investigando as potencialidades de novas fontes de informação, tais como aerofotometria e Sistemas Geográficos de Informação, para o desenvolvimento de novas tecnologias de planejamento.

No campo da avaliação social, tem colaborado na realização de pesquisas objetivando revelar o quadro atual de pobreza em distintas áreas, assim como o impacto real de programas sociais, a fim de subsidiar a reformulação da política social do governo. A principal atividade do projeto tem sido dar viabilidade técnica a uma pesquisa nacional sobre nutrição e saúde. A última informação nacional sobre alimentação e nutrição no Brasil data de 1975. Apesar do interesse generalizado da sociedade brasileira e dos organismos governamentais por informações mais atualizadas nessa área crucial, as dificuldades técnicas e financeiras vinham impossibilitando tal empreendimento.

Atendendo à solicitação do INAN/MS ao IPLAN, o projeto está fornecendo a necessária colaboração para a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) do INAN/IPLAN/IBGE, em 14.500 domicílios. O projeto prestou assistência técnica em todas as fases da pesquisa, desde a delimitação do objetivo, desenho do questionário, seleção da amostra, confecção dos instrumentos de medição antropométrico, obtenção do software necessário para a tradução das medidas antropométricas, treinamento de supervisores, preparação dos manuais dos entrevistadores, pré-teste, desenho do pro-

grama de entrada de dados e plano tabular. As tabulações estão sendo concluídas e os primeiros resultados deverão começar a aparecer já no início de 1990.

Além da PNSN, o projeto já colaborou na realização de pesquisas de menor porte dirigidas à avaliação de programas e ações sociais específicas. Nesse sentido, já foram realizadas análises da Merenda Escolar e do PAP, e estão previstos estudos sobre creches e qualidade da assistência no sistema de saúde oficial, inter alia.

5.1.2. O Projeto Nacional de Saneamento Rural (PNSR) (OPAS/OMS; Banco Mundial; MS/FSESP e IPLAN/IPEA)

O PNSR está sendo desenvolvido pelo IPEA com a participação do Ministério da Saúde (MS) e da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), contando igualmente com um Convênio de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (Convênio OPAS/OMS) e financiamento parcial do Banco Mundial. O quadro de pessoal do Projeto é composto por técnicos do IPEA, do MS, da FSESP e consultores, nacionais e estrangeiros, contratados através do Convênio OPAS/OMS. De fevereiro de 1985 a setembro de 1989 o PNSR esteve vinculado à Superintendência do Instituto de Planejamento (IPLAN). A partir daquela data passou a subordinar-se diretamente à Presidência do IPEA.

Dois eixos conceituais básicos têm orientado o desenvolvimento do PNSR: descentralização e participação. Neste sentido, o PNSR tem realizado um intenso esforço no sentido de estabelecer instrumentos de cooperação e trabalho técnico com: I) órgãos federais, setoriais e regionais, com atuação em saneamento rural; II) órgãos das administrações estaduais com envolvimento no campo do saneamento; III) municípios e comunidades organizadas. Busca-se com este trabalho, desenvolver bases concretas de

relacionamento e comprometimento dos agentes externos que são, em última análise, os responsáveis pela operacionalização das ações em saneamento rural.

Por outro lado, assegurar a participação das comunidades organizadas no processo de concepção, planejamento, execução e avaliação dos sistemas de saneamento implantado, tem sido preocupação central do PNSR. O exame das experiências passadas revela que a causa fundamental do grande número de sistemas rurais de abastecimento de água desativados, tem origem em um inadequado trabalho de desenvolvimento comunitário de efetiva participação do nível local, que propiciem uma relativa autonomia de operação e manutenção dos serviços implantados.

Dentro destes marcos, foram as seguintes as principais linhas de trabalho desenvolvidas pelo PNSR no transcorrer do ano passado:

- . prestação de apoio técnico e financeiro a equipes estaduais para a elaboração de Programas Estaduais de Saneamento Rural (PESR). Foram firmados, para tanto, 22 Convênios entre o IPEA e Secretarias Estaduais, tendo sido concluídos, até o presente, 14 PESRs;
- . apoio financeiro (com recursos EGU/SEPLAN - 87 e 88) à implantação de 50 sistemas de saneamento básico em localidades rurais, selecionadas por equipes estaduais envolvidas com o PNSR. Estas ações executadas em duas etapas (Ações Experimentais I: 1985-1989, 16 Estados envolvidos/35 Projetos executados e Ações Experimentais II: 1989-1990/11 Estados envolvidos/15 Projetos executados), tem sido importante campo de teste de metodologias e instrumentos desenvolvidos pelo Projeto;
- . promoção de seminários, simpósios, cursos e similares, voltados para o debate em torno de questões cruciais do saneamento rural e para o apoio à capacitação de órgãos federais, estaduais e

municipais, envolvidos em saneamento rural;

- implantação no CENDEC de biblioteca especializada, vídeo e cromoteca (slides);

- apoio técnico ao desenvolvimento do Projeto Piloto de Saneamento Rural de Minas Gerais, em execução pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), com apoio financeiro do Banco Mundial, através do qual estão sendo implantados 200 projetos de saneamento naquele Estado.

- desenvolvimento de trabalhos, visando aprofundar o conhecimento e definir metodologias em saneamento rural. A divulgação dos produtos destes trabalhos está sendo, neste momento, processada pelo IPEA, com o lançamento da série "Saneamento Rural". Vale ressaltar, neste particular, a publicação, no âmbito do XVII Encontro Nacional de Economia - realizado em Fortaleza/CE, em dezembro/89 - do documento: "Projeto Local de Saneamento Rural - A Integração da Engenharia com o Social e o Econômico-Financeiro", primeiro título de um conjunto previsto de quatorze trabalhos da série "Saneamento Rural". Além deste, encontra-se em fase de publicação os seguintes documentos (em forma de livros), que integrarão série especial do IPLAN:

1. Bases para Formulação de Políticas e Programas em Saneamento Rural;
2. Subsídios para Elaboração de Programas Estaduais de Saneamento Rural;
3. Fundamentos Conceituais e Metodológicos da Educação e Participação em Saneamento Rural;
4. Subsídios Metodológicos para a Prática da Educação e Participação em Saneamento Rural;

5. A Questão Tarifária em Saneamento Rural;

6. Modelo Computacional para Programação Financeira em Saneamento Rural.

Em fase de elaboração técnica encontram-se os seguintes trabalhos:

1. Conteúdos Educativos para Educação em Saúde e Saneamento Rural;
2. Metodologia para Elaboração de Material Didático em Saneamento Rural;
3. Planejamento da Ação de Governo em Educação e Participação em Saneamento Rural;
4. Bases para o Planejamento Econômico-Financeiro em Saneamento Rural;
5. Tecnologias Apropriadas em Saneamento Rural;
6. A Questão da Operação e Manutenção de Sistemas de Saneamento Rural;
7. Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saneamento Rural.

5.1.3. Convênio IPEA/CEPAL

O IPEA mantém há cerca de 8 anos convênio com a CEPAL para o desenvolvimento conjunto de pesquisas, treinamento de recursos humanos e outras modalidades de cooperação técnica tais

como seminários, simpósios, estágios e intercâmbio de técnicos.

Este convênio é renovado a cada 3 anos. Sua última renovação foi assinada em 14.12.87, estendendo a vigência do acordo até 31.12.90. O IPLAN representa o IPEA na execução do convênio.

Deve ser destacado, entre as atividades desenvolvidas no âmbito dessa cooperação técnica, o desenho e a quantificação de um modelo macroeconômico do Brasil, tarefa que foi levada a cabo, na sua primeira etapa, pelo Projeto Regional ILPES/PNUD/RLA/86/OC3, com apoio do Escritório da CEPAL em Brasília.

O produto desse trabalho é a preparação do modelo MACROBRÁS, que constitui uma representação adequada da economia brasileira, permitindo a simulação de projeções em microcomputadores.

Sobre esse tema, foi realizado um seminário em Brasília (novembro) onde o Projeto ILPES/PNUD apresentou o modelo. O Seminário contou com a participação do pessoal técnico do IPLAN e do INPES, bem como de professores da UnB, PUC-Rio, FGV e USP.

Das discussões no evento resultou clara a necessidade de ser iniciada uma segunda etapa de aperfeiçoamento do modelo MACROBRÁS, trabalho a ser feito por meio de convênio entre IPEA/IPLAN e a UnB com o apoio de pessoal do Projeto Regional ILPES/PNUD.

5.1.4. Programa de Gerenciamento do Setor Público - GESEP

Em 15 de julho de 1986 foi firmado entre o Brasil e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo de Empréstimo nº 2721/BR que forneceu o arcabouço formal para a estruturação do Projeto de Gerenciamento do Setor Público

- GESEP, com o seguinte objetivo geral: "Reforçar a capacidade gerencial e analítica dos órgãos centrais da administração federal, notadamente a SEPLAN e o MINIFAZ, com especial ênfase em seu instrumental metodológico, apoiando a formação de recursos humanos e estimulando estudos e pesquisas para formulação e avaliação de políticas públicas.

O componente IPLAN do Projeto - Reforço ao Sistema de Planejamento - financiou os seguintes projetos durante 1989:

- . Contas Regionais para o Brasil (concluída a 1ª fase);
- . Metodologia para a Estimativa de Demanda de Energia (concluída);
- . Mudança Tecnológica, Produtividade e Sistemas Participativos nas Empresas Estatais. Elementos para o Planejamento.
- . Monitoramento, Avaliação e Planejamento de Programas Sociais (BRA/006/01/87: conclusão em junho de 90);
- . Revista Planejamento e Políticas Públicas (1 número);
- . Seminário Internacional: Padrões e Gestão, Mudanças Tecnológicas e Trabalho;
- . Seminário "O uso do instrumental demográfico no processo de formulação de políticas públicas";
- . Seminário (II) de Modelagem Macroeconômica no Brasil;
- . Organização e microfilmagem de documentos relativos a história do Planejamento Econômico.

Cerca de 20 outros projetos não chegaram a ser iniciados. A maior parte deles por dois tipos de dificuldades: o atraso na utilização dos recursos por problemas relativos ao orçamento da União e obstáculos jurídico-administrativos para a contratação de consultores para projetos de pequeno porte.

5.1.5. Acordo IPEA/UNICEF

Com vigência até 31 de dezembro de 1990, o IPEA e o UNICEF mantêm acordo de cooperação técnica com a finalidade de ampliar a colaboração entre as duas instituições, através da realização e divulgação de análises da situação sócio-econômica do menor e de avaliações das políticas e programas governamentais orientados para as populações pobres.

O IPLAN representa o IPEA no acordo cujas atividades técnicas são previstas em programas anuais de trabalho aprovados pela Diretoria do Instituto.

Até março de 1990 deverão ser publicados dois estudos desenvolvidos em 1989: Uma avaliação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS, e uma análise sobre a Situação da Criança no Brasil, tendo em vista recomendar ações de médio e longo prazo para aprimorá-la.

5.2. Nacional

5.2.1. Convênio IPEA/UnB

Em 02 de janeiro de 1989 o IPEA firmou convênio de cooperação técnica com a UnB. Enquanto os acordos mencionados nos itens anteriores, dizem respeito especificamente ao IPLAN a cooperação com a UnB alcança todas as unidades da instituição.

Não obstante, cabe menção a matéria neste relatório, na medida em que, por estar mais próximo a UnB, pela existência de uma certa tradição de colaboração mútua, ainda que informal e também face o objeto de convênio, o IPLAN parece ser a unidade do IPEA (junto com o CENDEC) mais diretamente interessada e envolvida na questão.

O convênio visa basicamente "o desenvolvimento de atividades de treinamento, estudos, pesquisas, publicação e co-edição na área de Políticas Públicas". Para sua execução o IPEA poderá alocar a UnB - e vice-versa - servidores do seu quadro de pessoal. A vigência se estende até 2 de janeiro de 1992.

6. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os técnicos do IPLAN participaram em 52 colegiados deliberativos, consultivos e fiscais de órgãos da administração direta, indireta e fundacional, como representantes da SEPLAN ou do próprio IPEA. O quadro anexo relaciona os técnicos e respectivos colegiados, condição (titular ou suplente) documento de indicação e duração do mandato.

7. RECURSOS HUMANOS

7.1. Quadros Disponíveis

Contando no início de 1989 com uma força de trabalho da ordem de 220 servidores (101 TPs) o IPLAN encerrou o exercício com apenas 176 dos quais 76 TPs (ver quadro anexo).

A redução se deve basicamente a cessão de técnicos para outros órgãos da administração pública, principalmente para a SEPLAN/SEPES. Não estão incluídos nesses totais os técnicos em treinamento de longa e média duração.

7.2. Atividades de Treinamento

Dos 14 técnicos submetidos a treinamento de média e longa duração em 1989, 6 cursam doutorado, 5 mestrado e 3 participaram de treinamento de duração média.

O quadro anexo especifica o nome desses técnicos, período, tipo e local do curso, bem como a área de concentração.

8. TRABALHOS EM ANDAMENTO

1. Acompanhamento dos principais itens do balanço de pagamento relacionados com o movimento de capitais.

Responsável: Sheila Márcia E.S. de Almeida

Prazo de conclusão: março de 1990.

2. Efeitos da composição da pauta de exportações para a receita de divisas.
Responsável: Mary de Melo Souza
Prazo de conclusão: março de 1990.
3. Evolução dos termos de troca no comércio do Brasil com a Argentina.
Responsável: Sebastião Murilo Lobo
Prazo de conclusão: março de 1990.
4. Perspectivas para o sub-setor rodoviário federal na década de 1990.
Responsável: Rui Silva Pessoa
Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.
5. Construção de indicadores de antecedentes do índice de produção industrial do IBGE.
Responsável: Moysés Tenenblat
Carlos Henrique M. Coelho
Prazo de conclusão: março de 1990.
6. Cálculo de elasticidades-renda da demanda interna por produtos agrícolas.
Responsável: Moysés Tenenblat
Carlos Henrique M. Coelho
Colaboração: Geraldo de Souza (EMBRAPA)
7. A dívida externa e a geração de TRADEABLES.
Responsável: Fernando Werneck Magalhães
Prazo de conclusão: março de 1990.
8. Estudo e modelagem do déficit público.
Responsável: Marco Antônio Rochadel.
9. Acompanhamento das alterações no modelo MACROBRÁS.
Responsável: Marco Antônio Rochadel.

10. Déficit do Setor Público.

Responsável: Paulo Zolhof

Prazo de conclusão: março de 1990.

11. O Planejamento de uma sub-região - o caso do corredor da E. F. Carajás.

Responsável: César Augusto G. da Silva Areal

12. Padrões de relacionamento institucional entre o MEC, estados e municípios.

Responsável: José Amaral Sobrinho

Prazo de conclusão: março de 1990.

13. A reforma do ensino superior no Brasil e em países desenvolvidos.

Responsável: Ronaldo Braga

Prazo de conclusão: abril de 1990

14. Cultura: Sistema de educação informal.

Responsável: Lígia Cademartori

Prazo de conclusão: março de 1990

15. O déficit da Previdência Social.

Responsável: José Hamilton Bizarria

Prazo de conclusão: março de 1990.

16. Acompanhamento do setor informal (emprego)

Responsável: Mário Lisboa Theodoro

Selma Maria G. Calheiros

17. Transformação dos processos de trabalho no Brasil

Responsável: Rosa Maria Sales de Melo Soares

Prazo de conclusão: janeiro de 1990 (elaboração do projeto de pesquisa).

18. Relações de trabalho, greves e negociações coletivas.

Responsável: Lenita Maria Turchi

19. Banco de dados sobre emprego e salário.

Responsável: Freda Burger.

20. Avaliação da implantação do SUDS

Responsável: CSP (consultor externo) Convênio
IPEA/UNICFF

Prazo de conclusão: janeiro de 1990

21. Uma proposta de Políticas Públicas: Os caminhos do sistema único de saúde.

Responsável: CSP (consultor externo: NESP/UnB) convênio IPEA/PNUD

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

22. Análise da seguridade social nas Constituições Estaduais

Responsável: CSP (consultor externo: NESP/UnB) convênio IPEA/PNUD.

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

23. O Financiamento da Assistência Social

Responsável: Sebastião Francisco Camargo
Eni Monteiro Barbosa
Marly Isaltina dos Santos Pinto

Prazo de conclusão: março de 1990

24. A situação da infância e do adolescente no País.

Responsável: Eni Maria Monteiro Barbosa
Sebastião Francisco Camargo
Marly Isaltina dos Santos Pinto

Prazo de conclusão: março de 1990.

25. Tendências e possibilidades da assistência social na década de 90.

Responsável: Eni Maria Monteiro Barbosa

Prazo de conclusão: março de 1990.

26. Aspectos sócio-educativos e sugestões para uma Política Nacional de Educação da Criança de 0 a 6 anos no Brasil.

Responsável: CSP (consultor externo: Maria Malta Campos)

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

27. A criança no Brasil: o que fazer.

Responsável: CSP/CEC/DES/DAD-II
(Convênio IPEA/UNICEF).

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

28. Pesquisa agropecuária: dispêndios efetuados, modelo e resultados obtidos.

Responsável: Christine Viveka Guimarães
Carlos M. Villa Verde

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990

29. Desempenho da agricultura nos anos 80.

José Garcia Gasques
Carlos M. Villa Verde

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

30. Ocupação da terra e uso de recursos naturais: evolução e problemas.

Responsável: Adelina Leixeira Baena Paiva (Convênio IPLAN/IBGE).

Prazo de conclusão: abril de 1990.

31. Análise das transformações no uso de insumos modernos na agricultura brasileira.

Responsável: Ismael Carlos Oliveira

Prazo de conclusão: junho de 1990.

32. Situação atual da pecuária no Brasil.

Responsável: José Arnaldo F.G. de Oliveira

Prazo de conclusão: abril de 1990.

33. O protecionismo e os efeitos de liberação do comércio de produtos agrícolas.

Responsável: Christine Viveka Guimarães

José Garcia Gasques

34. Avaliação da irrigação privada no Brasil.

Responsável: Enid Rocha Andrade da Silva

Prazo de conclusão: abril de 1990.

35. Estrutura da produção agropecuária e relações interindustriais

Responsável: Guilherme Costa Delgado (Convênio
IPLAN/IPEA)

Prazo de conclusão: abril de 1990.

36. Os transportes e o Estado na década de 90.

Responsável: Ieda M. de Oliveira Lima

Prazo de conclusão: março de 1990.

37. O transporte de mercadorias no setor agropecuário

Responsável: Sílvio Caracas de M. Júnior

Prazo de conclusão: março de 1990.

38. Análise crítica das propostas para o novo sistema de saúde.

Responsável: Solon Magalhães Vianna

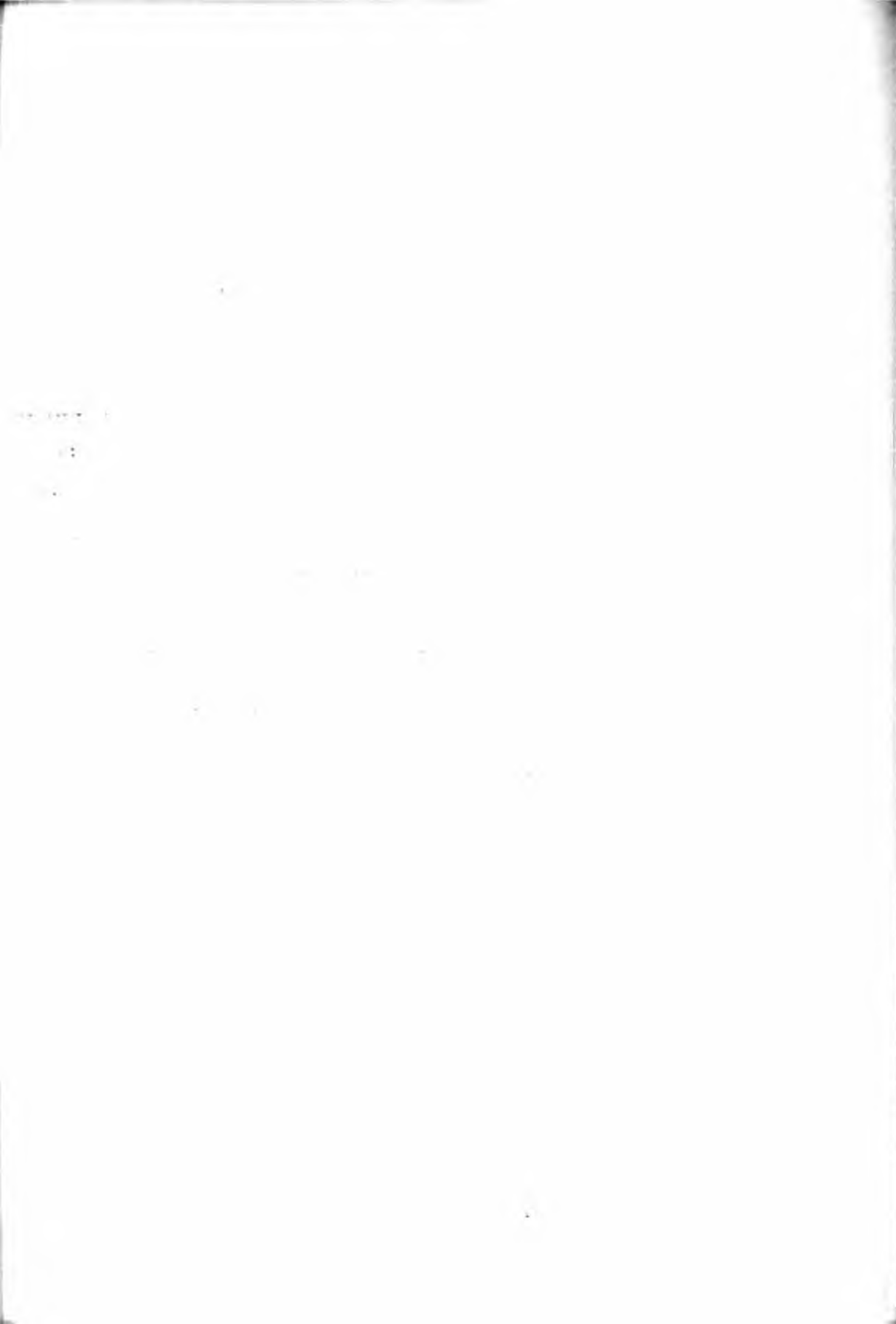
Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

39. Perspectivas para o financiamento do setor saúde brasileiro.

Responsável: Sérgio Francisco Piola

Prazo de conclusão: fevereiro de 1990.

ANEXOS



IPLAN - RECURSOS HUMANOS DISPONIVEIS
31-12-1989

DATAS	GRUPO I	GRUPO II	SUB TOTAL	GRUPOS III e IV	TOTAL
31-12-88	101	18	119	101	220
31-12-89	67	12	79	97	176

GRUPO I = Técnico de Planejamento e Pesquisa;

GRUPO II = Assessor Especializado, Técnico de Desenvolvimento e Administração, Analista de Sistema;

GRUPOS III e IV = Pessoal de Apoio.

IFLAVI: TREINAMENTO DE LONGA E MEDIA DURACAO

1785

NOME	UF	INICIO	TERMINO	CURSO	AREA	LOCAL
Interiores						
Maria Alice Costa Cardoso	UF	03/88 a 03/89	03/90	Mestrado	Planej. Urbano	UnB/BSB
Isair Melissa Bicalho de Souza	LD	17/03/88 a 01/07/89	03/90	Doutorado	Sociologia	USP/SP
Francilina Ferreira P. de Araujo	LD	01/03/88 a 30/03/89	03/92	Doutorado	Agric. e Quest. Agraria	UNICAMP/SP
Sonia Regina R. S. Vasconcelos	LD	04/88 a 04/89	04/90	Mestrado	Planej. Urbano Regional	UFRJ/RJ
Lucia Malnati Panarello	LD	15/08/88 a 15/08/90	08/90	Mestrado	Transporte	UnB/BSB
Márcia Steinberger	LD	30/11/88 a 30/11/90	11/90	Doutorado	Planej. Urbano	USP/SP
Maria Elizabeth Diniz Barros	LD	02/01/89 a 31/12/90	12/90	Doutorado	Politica Social	UNICAMP/SP
Rolivar Pego Filho	LD	27/02/89 a 27/02/91	02/91	Mestrado	Energia	UNICAMP/SP
Sely Maria de Souza Costa	LD	01/03/89 a 01/03/91	03/91	Mestrado	Bibliot. e Document.	UnB/BSB
Exterior						
Murilo Portugal Filho	LD	21/01/88 a 21/01/89	30/03/90	Doutorado	Economia	CAMBRIDGE/INGLAT.
Rui de Quadros Carvalho	LD	31/12/88 a 31/12/89	31/12/90	Doutorado	Desenvol. Econ.	SUSSEX/IDS/INGLAT.
Emanuel Cavalcante Porto	MD	09/05/89 a 04/08/89	04/08/89		Estatística	SUSSEX/IDS/INGLAT.
Maria das Dores Goncalves	MD	25/09/89 a 25/12/89	25/12/89	Polit. p/ Idosos		FULLBRIGHT/USA
Rosa Maria Sales de Melo Soares	MD	10/12/89 a 10/01/90	10/01/90	Semin. e Pes.	Ciencia Politica	CRIDA/FRANCA

FORMA: DRH

LD: Longa duracao (entre 1 e 4 anos)

MD: Media duracao (entre 2 meses e 1 ano)

SERVICO DE REPRESENTAÇÕES EM OBRAS
COLEGIADOS
- S E P C -

LOTACAO	NOME DO REPRESENTANTE	C A R G O	S I G L A	CONTRATO	DOCUMENTO DE INDICACAO	DATA	MANDATO	VALOR SIT
IPLAN/CAA	JOSE APARECIDO F. GONCALVES DE OLIVEIRA	TECN. PLAN. PESQ.	CPSL-COM	SUPLENTE	AV. SEPLAN 329	15/06/89	02	0.08 01
IPLAN/CAA	ALANIR MESQUITA	TECN. PLAN. PESQ.	GRNOS-GEX	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0259	25/04/88	NP	0.08 01
IPLAN/CAA	GUILHERME COSTA TELADO	TECN. PLAN. PESQ.	CIBT-COMINT	SUPLENTE	AV. SEPLAN 332	24/05/88	NP	0.11 01
IPLAN/CAA	JOSE GARCIA CASIMES	COORDENADOR	CEPARCO-COMESP	PARTICIPANTE		/ /	NP	0.08 01
IPLAN/CAA	CHRISTINE VIEIRA GUIMARAES	TECN. PLAN. PESQ.	CNDG-CNS	SUPLENTE	AV. SEPLAN 390	14/06/88	NP	0.08 01
IPLAN/CAA	JOSE GARCIA CASIMES	COORDENADOR	EMPRESTIMO-CONTEC	TITULAR	TLX. SEPLAN 1590	12/04/88	NP	0.23 01
IPLAN/CAPIPEA	CARLOS MONTEIRO NOLLA VERDE	COORD. ADJUNTO	COMAVIN-CORTEC	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 283	29/04/88	NP	0.08 01
IPLAN/CAPIPEA	CARLOS MONTEIRO NOLLA VERDE	COORD. ADJUNTO	FINCOS-CADM	SUPLENTE	AV. SEPLAN 140	17/03/89	NP	0.09 01
IPLAN/COB	PERO FERREIRO	TECN. PLAN. PESQ.	PLANVAP-COCONC	SUPLENTE	AV. SEPLAN 171	27/01/89	NP	0.19 01
IPLAN/COB	JOAO ERIGIDO BERTHA LIMA	TECN. PLAN. PESQ.	CRP-COM	SUPLENTE	TLX. SEPLAN 1413	15/03/89	NP	0.10 01
IPLAN/COB	MARIA DE NAZARETH ASSIS	TECN. PLAN. PESQ.	FUNCAP-JUNDEL	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 257	25/04/88	NP	0.06 01
IPLAN/COB	EDUAR CASTOS DE SOUZA	COORDENADOR	CNM-CNS	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 228	12/04/89	02	0.10 01
IPLAN/COB	GENEIR APRIOR FLEBO	COORDENADOR	EDUCACAO TECNICA-CNTCOR	TITULAR	AV. SEPLAN 322	20/05/88	NP	0.17 01
IPLAN/COB	GENEIRO BORDIGNON	TECN. PLAN. PESQ.	EDUCACAO TECNICA-CNTCOR	SUPLENTE	AV. SEPLAN 322	20/05/88	NP	0.17 01
IPLAN/COB	GENEIRO BORDIGNON	TECN. PLAN. PESQ.	SENAR-CNS	SUPLENTE	AV. SEPLAN 426	18/04/89	04	0.17 01
IPLAN/COB	DELIZIA ARTUR GUSO	COORDENADOR	STO BRIO/DR-CNT	REPRESENTANTE	PORT. HTB 034	13/04/89	NP	0.23 01
IPLAN/COB	ANA AMELIA CAMARGO DE MELO MOUTIRA	COORDENADORA	CONCINE-CNS	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0285	25/04/89	02	0.17 01
IPLAN/COB	MICHEL CARLOS OLIVEIRA	TECN. PLAN. PESQ.	RAIS-CCOR	TITULAR	OF. SG 005	27/01/89	NP	0.03 01
IPLAN/COB	FREDA SURGER	TECN. PLAN. PESQ.	RAIS-CCOR	SUPLENTE	OF. SG 005	27/01/89	NP	0.03 01
IPLAN/COB	MARCOS REGINALDO FARIASIELLO	COORD. ADJUNTO	SURAMA-CADM	2º SUPLENTE	AV. SEPLAN 066	12/02/88	NP	0.20 01
IPLAN/COB	MARCOS REGINALDO FARIASIELLO	COORD. ADJUNTO	COI/COEI TEXTIL	SUPLENTE	TLX. SEPLAN 1412	15/03/89	NP	0.09 01
IPLAN/COB	MICHAEL WILBERG	COORDENADOR	COI-COMINT	SUPLENTE	AV. SEPLAN 172	27/01/89	NP	0.09 01
IPLAN/COB	MARCOS REGINALDO FARIASIELLO	COORD. ADJUNTO	FINEP-CNS	SUPLENTE	AVISO N° 999	01/08/87	NP	0.06 01
IPLAN/COB	OSTAIO DE CARVALHO FRANCO	COORDENADOR	JAN-COEL	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0262	25/04/88	NP	0.14 01
IPLAN/COB	LUIZ ZOTIRAM	TECN. PLAN. PESQ.	QUE/CEMARIO-STRA	REPRESENTANTE	TLX. SEPLAN 2274	13/04/89	NP	0.14 01
IPLAN/COB	RENATO GOELMO BALMAIN DAS NEVES	CONTRATO SUSPENSO	CPA-COM	2º SUPLENTE	AV. SEPLAN 175	20/03/88	NP	0.23 01
IPLAN/COB	ANNA MARIA TIBERIO MEDEIROS PELIANO	TECN. PLAN. PESQ.	INAN-COEL	TITULAR	AV. SEPLAN 142	17/03/89	NP	0.08 01
IPLAN/COB	MARIA ELIZABETH DINIZ BARROS	TECN. PLAN. PESQ.	INAN-COEL	SUPLENTE	AV. SEPLAN 142	17/03/88	NP	0.08 01
IPLAN/COB	ENI MARIA MONTEIRO BARBOSA	TECN. PLAN. PESQ.	LSA-CCON	TITULAR	AV. SEPLAN 0255	25/04/88	NP	0.03 01
IPLAN/COB	ANNA MARIA TIBERIO MEDEIROS PELIANO	TECN. PLAN. PESQ.	LSA-CCON	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0255	25/04/88	NP	0.03 01
IPLAN/COB	SERGIO FRANCISCO PIOLA	COORDENADOR	FSESP-CFIS	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0106	07/05/85	NP	0.15 01
IPLAN/COB	SERGIO FRANCISCO PIOLA	COORDENADOR	FMS-JUNDEL	TITULAR	OF. SG/08	07/05/85	NP	0.15 01
IPLAN/COB	ENI MARIA MONTEIRO BARBOSA	TECN. PLAN. PESQ.	CORDE-CCON	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 0264	25/04/89	NP	0.03 01
IPLAN/COB	MARIA ELIZABETH DINIZ BARROS	TECN. PLAN. PESQ.	FMS-JUNDEL	SUPLENTE	OF. SG/036	29/11/83	NP	0.15 01
IPLAN/COB	MARIA ELIZABETH DINIZ BARROS	TECN. PLAN. PESQ.	PEPS-CCOR	TITULAR	OF. SG/201	13/12/85	NP	0.05 01
IPLAN/COB	SERGIO FRANCISCO PIOLA	COORDENADOR	PEPS-CCOR	SUPLENTE	OF. SG/201	13/12/85	NP	0.05 01
IPLAN/COB	SERGIO FRANCISCO PIOLA	COORDENADOR	CNS-CNS	SUPLENTE	AV. N° 1000	01/08/89	04	0.05 01
IPLAN/COB/PEA	MARIA EMILIA RIGONELLO DE AZEVEDO	TECN. PLAN. PESQ.	CPC-CNS	SUPLENTE	AV. SEPLAN/1191	14/09/89	NP	0.15 01
IPLAN/COB	CHARLES LESLIE WRIGHT	OBSERVADOR	CNT-CNS	SUPLENTE	AV. SEPLAN 0258	25/04/89	NP	0.04 01
IPLAN/COB	SILVIO CAÇACAS DE MOURA JUNIOR	COORDENADOR	FMM-COIR	TITULAR	AV. SEPLAN 164	30/03/88	NP	0.05 01
IPLAN/COB	SILVIO CAÇACAS DE MOURA JUNIOR	COORDENADOR	CIDETI-COCCOR	TITULAR	AV. SEPLAN 124	09/03/89	02	0.04 01
IPLAN/COB	MARCELA ISABEL ESTE LINS GUIMARAES	TECN. PLAN. PESQ.	CIDETI-COCCOR	SUPLENTE	AV. SEPLAN 124	09/03/88	02	0.04 01
IPLAN/COB	CHARLES LESLIE WRIGHT	OBSERVADOR	SEG.PANCA NAS ESTRADAS-CNT	TITULAR	AV. SEPLAN	/ /	NP	0.04 01
IPLAN/IFEA	FRANCISCO ALMEIDA BIATO	DIRETOR ADJ.	SURAMA-CADM	1º SUPLENTE	AV. SEPLAN 056	12/02/89	NP	0.20 01
IPLAN/IFEA	FRANCISCO ALMEIDA BIATO	DIRETOR ADJ.	CONCINE-CNS	TITULAR	AV. SEPLAN 0265	25/04/88	02	0.17 01
IPLAN/IFEA	FRANCISCO ALMEIDA BIATO	DIRETOR ADJ.	CONCINE-CNS	TITULAR	AV. SEPLAN 143	17/03/88	NP	0.24 01
IPLAN/IFEA	FRANCISCO ALMEIDA BIATO	DIRETOR ADJ.	CONCINE-CNS	TITULAR	AV. SEPLAN 0261	25/04/88	NP	0.15 01

SERVICO DE REPRESENTAÇÕES EM OBRAS
COLEGIADOS
- S E R C -

LOTACAO	NOME DO REPRESENTANTE	C A R G O	S I G L A	CONSIGNAÇÃO	DOCUMENTO DE INDICAÇÃO	DATA	MANDATO	VALOR SIT
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	AMNT-COIR	TITULAR	TLX. SEPLAN 6.657	20/11/86	NP	0.24 01
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	CONASSE-COMASS	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 0251	25/04/88	NP	0.11 01
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	COT-CNS	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 754	02/09/87	NP	0.11 01
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	CIBT-COMINT	TITULAR	AV. SEPLAN 332	24/05/89	NP	0.11 01
IPLAN/YPEA	SOLON MAGALHÃES VIANA	DIRETOR ADJUNTO	CNS-CNS	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 0254	25/04/88	C4	0.05 01
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	CONEN-CNS	REPRESENTANTE	AV. SEPLAN 780	14/12/88	NP	0.21 01
IPLAN/YPEA	MARIA DE NAZARETH AGUIAR	TEC. PLAN. PESSO.	GEACAP-GESEP	TITULAR	GF. 55/95	20/05/83	NP	0.02 01
IPLAN/YPEA	RODOLFO DE BELLO PRADO	TEC. PLAN. PESSO.	GEACAP-GESEP	SUPLENTE	GF. 55/94	27/01/89	NP	0.00 01
IPLAN/YPEA	SOLON MAGALHÃES VIANA	DIRETOR ADJUNTO	PEPS-COOR	TITULAR	GF. 55/261	13/12/85	NP	0.00 01
IPLAN/YPEA	FRANCISCO ALMEIDA DIATO	DIRETOR ADJ.	FINEP-CNS	TITULAR	AUTOS N° 999	01/08/89	NP	0.03 01
IPLAN/YPEA	MICHAEL WILBERG	TEC. PLAN. PESSO.	T-AUTOMOTIVO-CSET	TITULAR	TLX. SEPLAN 5672	19/10/89	NP	0.00 01
IPLAN/YPEA	MARCOS REGINALDO FARIANELLO	TEC. PLAN. PESSO.	T-PALESTRAS-FERRAMENTAS-CSET	TITULAR	TLX. SEPLAN 5672	19/10/89	NP	0.00 01
IPLAN/YPEA	SILVIO CARACAS DE MOURA JUNIOR	COORDENADOR	T-CONSTRUÇÃO PAVAL-CSET	SUPLENTE	TLX. SEPLAN 5672	19/10/89	NP	0.00 01

